



EDITAL DE LICITAÇÃO

LICITAÇÃO COM RESERVA DE COTA DE ATÉ 25% (VINTE E CINCO POR CENTO) PARA ME e EPP

Modalidade: **PREGÃO Nº 106/2019 (REGISTRO DE PREÇOS Nº 086/2019)**

Tipo: **PRESENCIAL**

Processo nº: **176/2019**

Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (PÃES) PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS CENTROS EDUCACIONAIS MUNICIPAIS (CEMS) E DOS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CMEIS) DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.**

RECIBO

A Empresa _____ retirou este Edital de licitação e deseja ser informada de qualquer alteração pelo e-mail _____ ou pelo fax: _____, e/ou endereço _____, CEP: _____

_____, aos ____ / ____ / ____

(Assinatura)

**OBS: ESTE RECIBO DEVERÁ SER REMETIDO À CPL PELO FAX:
(34) 3690-3280 OU E-MAIL, PARA EVENTUAIS COMUNICAÇÕES AOS
INTERESSADOS, QUANDO NECESSÁRIO.**



EDITAL DE LICITAÇÃO

LICITAÇÃO COM RESERVA DE COTA DE ATÉ 25% (VINTE E CINCO POR CENTO) PARA ME e EPP

PREGÃO PRESENCIAL Nº 106/2019 - REGISTRO PREÇOS Nº 086/2019

Processo nº 176/2019

Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (PÃES) PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS CENTROS EDUCACIONAIS MUNICIPAIS (CEMS) E DOS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CMEIS) DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.**

ÍNDICE

- 1 - PREÂMBULO**
 - 2 - OBJETO**
 - 3 - CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**
 - 4 - ENTREGA DOS ENVELOPES**
 - 5 - CREDENCIAMENTO**
 - 6 - PROPOSTAS COMERCIAIS**
 - 7 - HABILITAÇÃO**
 - 8 - SESSÃO DO PREGÃO**
 - 9 - RECURSOS**
 - 10 - ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO**
 - 11 - DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**
 - 12 - DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**
 - 13 - RESCISÃO CONTRATUAL**
 - 14 - PAGAMENTO**
 - 15 - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**
 - 16 - DISPOSIÇÕES GERAIS**
- ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**
- ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL**
- ANEXO III - MODELO DE CREDENCIAMENTO**
- ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONDIÇÃO DE ME OU EPP**
- ANEXO V - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**
- ANEXO VI - MINUTA DO INSTRUMENTO CONTRATUAL**



EDITAL DE LICITAÇÃO

LICITAÇÃO COM RESERVA DE COTA DE ATÉ 25% (VINTE E CINCO POR CENTO) PARA ME e EPP

PREGÃO PRESENCIAL Nº 106/2019 - RP Nº 086/2019 - PROCESSO Nº 176/2019

1 - PREÂMBULO

O Município de Araguari/MG, através da Secretaria de Administração, por intermédio do Pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 008, de 18 de janeiro de 2019, torna público que, com base na Lei Federal n.º 10.520/2002 (Lei do Pregão), na Lei Municipal n.º 3.794/2002, nos Decretos Municipais n.ºs 054/2002 e 105/2014, aplicando subsidiariamente a Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações, a Lei Complementar Federal n.º 123/2006, a Lei Complementar Federal n.º 147/2014, a Lei Municipal Geral MPE n.º 4.697/2010, alterada pela Lei Municipal n.º 5.680/2017, e o Decreto Municipal n.º 107/2013, com as alterações conferidas pelo Decreto Municipal n.º 34/2017, fará realizar a Licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM, COM COTA RESERVADA DE 25% PARA ME E EPP e ITEM EXCLUSIVO PARA ME E EPP ESPECIALIZADA NO RAMO, NOS TERMOS DO ART. 48, III, DA LEI COMPLEMENTAR Nº. 123/2006, com redação dada pela Lei Complementar 147/2014**, visando a **FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (PÃES) PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS CENTROS EDUCACIONAIS MUNICIPAIS (CEMS) E DOS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CMEIS) DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, mediante Instrumento Contratual, de acordo com o Edital de Pregão nº 106/2019 - RP nº 086/2019, devendo a proposta e documentação ser entregues no Departamento de Licitações e Contratos à Rua Virgílio de Melo Franco n.º 550, no dia **09 de SETEMBRO de 2019, até às 13:30 horas**, sendo que os mesmos serão abertos no mesmo dia e horário. Ficam convocados à competição Licitatória todos aqueles que tiverem o interesse na matéria e que se enquadrarem nas condições estabelecidas no inteiro teor do Edital, cujas cópias poderão ser obtidas no endereço acima mencionado, em qualquer dia útil e durante o expediente normal, mediante o recolhimento da quantia de R\$5,00 (cinco reais), que deverá ser depositada na Conta nº 33-0, Agência 0096 do Caixa Econômica Federal S/A, ou gratuitamente através do site da Prefeitura Municipal de Araguari/MG: www.araguari.mg.gov.br. Mais informações, pelo telefone (0**34) 3690-3280.

2 - OBJETO

Constitui objeto desta licitação o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (PÃES) PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS CENTROS EDUCACIONAIS MUNICIPAIS (CEMS) E DOS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CMEIS) DA**



SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, mediante Instrumento Contratual, como descritos e especificados no Anexo I, deste instrumento convocatório, com cota reservada de 25% para ME ou EPP e item exclusivo para ME e EPP, especializada no ramo, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº. 123/2006, com redação dada pela Lei Complementar 147/2014.

COTAS DISTRIBUÍDAS, CONFORME ART. 48 DA LC 123/2006, COM REDAÇÃO DADA PELA LC 147/2014.

2.1- ITEM 01, 02, 03 E 06 (Cota Principal) - item aberto para a participação de todos os interessados que atendam aos requisitos deste edital;

2.2- ITEM 07, 08, 09, 10 (Cota Reservada) – item aberto para a participação exclusiva de Microempresas - MEs, Empresas de Pequeno Porte - EPP e Microempreendedores Individuais - MEIs, que atendam aos requisitos deste edital, sem prejuízo de sua participação nos itens da cota principal.

2.3- ITENS 04 E 05 (Itens Exclusivos) – itens com valor estimado de até R\$ 80.000,00, considerado aberto para a participação exclusiva de Microempresas - MEs, Empresas de Pequeno Porte - EPP e Microempreendedores Individuais - MEIs, que atendam aos requisitos deste edital, sem prejuízo de sua participação nos itens da cota principal.

3 - CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1 - Poderão participar da presente licitação as pessoas jurídicas dos ramos pertinentes aos objetos especificados neste procedimento licitatório e que satisfaçam as condições e exigências contidas no presente edital.

3.1.1 - Consideram-se Microempresas (MEs), Empresas de Pequeno Porte (EPPs) e Microempreendedores Individuais (MEIs) aptos à participação no presente certame aquelas que preenchem os requisitos descritos no art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006 e do Decreto Federal nº 8.538/2015, bem como que não se enquadrem em nenhuma das situações descritas no § 4º do referido art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006.

3.1.2 - Para fins de comprovação da condição de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, as licitantes deverão apresentar declaração contida no Anexo IV deste Edital, assinada pelo seu representante legal e/ou Certidão Simplificada da Junta Comercial.

3.1.3 - Para fins de comprovação da condição de Microempreendedor Individual (MEI), as licitantes deverão apresentar declaração contida no Anexo IV deste Edital e/ou Certificado da Condição de Microempreendedor Individual, emitido pelo



endereço eletrônico: <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/mei-microempreendedor-individual/ccmei>.

3.2 - Não poderão participar da presente licitação:

I - os interessados que se encontrem em situação de falência, concurso de credores, dissolução ou liquidação;

II - as empresas estrangeiras que não funcionem no país;

III - as empresas que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública; e

IV - as empresas cujos dirigentes, gerentes, sócios ou componentes do seu quadro técnico sejam servidores do Município, de sua administração autárquica ou fundacional, em consonância com o disposto no art. 9º, inciso III, da Lei Federal n.º 8.666/93.

3.3 - Caso não compareçam interessados no item designado exclusivamente para Microempresas (MEs), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e Microempreendedores Individuais (MEIs), o Pregoeiro, visando atender os princípios básicos da Lei Federal n.º 8.666/93, aceitará as propostas de empresas presentes que não se enquadrem nas condições descritas no inciso I do art. 48 da Lei Complementar Federal n.º 123/2006.

3.4 - A participação neste certame implica aceitação de todas as condições estabelecidas no presente instrumento convocatório.

4 - DA ENTREGA DOS ENVELOPES

4.1 - Dos envelopes “PROPOSTA COMERCIAL” e “DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO”.

4.1.1 - Os envelopes “Proposta Comercial” e “Documentação de Habilitação” deverão ser indevassáveis, hermeticamente fechados e poderão ser enviados via correios destinados ao Departamento de Licitações e Contratos, protocolizados no Departamento de Licitações e Contratos ou entregues ao **Pregoeiro** até o horário definido para início da sessão pública de abertura deste certame, conforme endereço, dia e horário especificados abaixo:

À PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUARI/MG - DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS.

LOCAL: Rua Virgílio de Melo Franco nº 550, Centro - 38.440-016 - Araguari/MG.

DATA: 09 de SETEMBRO de 2019

HORÁRIO: 13h30min horas



4.1.2 - Os envelopes deverão ainda indicar em sua parte externa e frontal os seguintes dizeres:

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUARI/MG
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PREGÃO PRESENCIAL N.º 106/2019 - RP N.º 086/2019
ENVELOPE N.º 1 - PROPOSTA COMERCIAL
PROPONENTE:.....

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUARI/MG
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PREGÃO PRESENCIAL N.º 106/2019 - RP N.º 086/2019
ENVELOPE N.º 2 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
PROPONENTE:.....

4.2 - O Município de Araguari não se responsabilizará por envelopes de “Proposta Comercial” e “Documentação de Habilitação” que não sejam entregues ao Pregoeiro designado, no local, data e horário definidos neste Edital.

5 - CREDENCIAMENTO

5.1 - Cada licitante apresentar-se-á com apenas um representante legal que devidamente munido de credencial, será o único admitido a intervir nas fases do procedimento licitatório, respondendo por sua representada, com poderes para formular ofertas e lances de preços a menor e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, devendo, ainda, no ato da entrega dos envelopes, identificar-se junto ao Pregoeiro, exibindo a Carteira de Identidade ou documento equivalente.

5.1.1 - Por credencial entende-se:

a) A habilitação do representante, mediante **procuração com firma reconhecida, acompanhada do respectivo estatuto ou contrato social e documentos de identificação do procurador;**

b) Sócio ou proprietário da empresa proponente, deverá ser apresentada **cópia autenticada do respectivo estatuto ou contrato social**, e da última alteração estatutária ou contratual, no qual sejam expressos os poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura, **acompanhada do documento de identificação do representante da empresa que participará da sessão.**

c) em se tratando de Empresa Individual, o Registro Comercial devidamente registrado na Junta Comercial competente; para as Sociedades Comerciais, o Ato Constitutivo (Estatuto ou Contrato Social e a última alteração em vigor), que poderá ser apresentada na forma



consolidada, substituindo o contrato original, devidamente registrados e arquivados na repartição competente; em se tratando de Sociedades por Ações, o Ato Constitutivo (Estatuto ou Contrato Social e a última alteração em vigor) acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, com a publicação no Diário Oficial da Ata de Assembléia que aprovou o Estatuto, e cópia da certidão de arquivamento na repartição competente; para Sociedades Cíveis, inscrição do Ato Constitutivo, acompanhada de prova da diretoria em exercício; em se tratando de empresas ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir, **acompanhada do documento de identificação do representante da empresa que participará da sessão.**

5.2 - Cada representante legal poderá representar apenas uma única licitante.

5.2.1 - A licitante, cujo representante apresentar-se ao local de realização da sessão pública após abertura do primeiro envelope “proposta” será considerada retardatária. Nesta hipótese admitir-se-á sua participação tão somente como ouvinte.

5.3 - A licitante deverá apresentar, no ato da abertura da licitação, declaração expressa “de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos neste certame licitatório”. Modelo abaixo:

| |
|--|
| DECLARAÇÃO |
| A empresa, CNPJ n.º, declara, sob as penas da lei, que atende plenamente todos os requisitos de habilitação exigidos para participar do Pregão Presencial n.º 106/2019 - RP n.º 086/2019. |
| Data e local |
| _____ Nome e assinatura do Diretor ou Representante Legal |

5.4 - As licitantes que se enquadrarem na condição de micro empresa ou empresa de pequeno porte, poderão fazer jus aos benefícios do art. 43, § 1º, da Lei Complementar n.º 123/06, devendo, para tanto, apresentar declaração conforme modelo previsto no Anexo IV, deste edital.

5.5 - O documento de credenciamento, a declaração mencionada no subitem 5.3 e a declaração do Anexo IV deverão ser entregues separadamente dos envelopes de “DOCUMENTAÇÃO” e de “PROPOSTA”.

5.6 - **O uso de telefone celular durante a sessão de lances só poderá ser feito com a permissão do Pregoeiro.**

6 - PROPOSTAS COMERCIAIS

6.1 - A proposta comercial deverá ser datilografada ou impressa, em uma via, com suas páginas numeradas e rubricadas, e a última assinada pelo representante



legal da empresa, sem emendas, acréscimos, borrões, rasuras, ressalvas, entrelinhas ou omissões, salvo se, inequivocamente, tais falhas não acarretarem lesões ao direito dos demais proponentes, prejuízo à Administração ou não impedirem a exata compreensão de seu conteúdo, observado o modelo constante do Anexo II, deste Edital. Deverão constar na proposta comercial:

6.1.1 - Razão social, número do CNPJ, endereço, telefone e fax da empresa proponente;

6.1.2 - Preço unitário e total por item e total da proposta, **expresso em reais e em até 02 (duas) casas decimais após a vírgula;**

6.1.3 - Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data estipulada para a entrega dos envelopes;

6.1.4 - Declaração de que nos preços propostos encontram-se incluídos todos os tributos, encargos sociais, frete até o destino e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o fornecimento do objeto da presente licitação;

6.1.5 - Comprovação de que a licitante se enquadre nas situações de microempresa ou empresa de pequeno porte, para que possa fazer jus aos benefícios da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, **desnecessária se já apresentada no credenciamento.**

6.2 - As propostas não poderão impor condições ou conter opções.

6.3 - CONFORME EXIGIDO NO DESCRITIVO DOS ITENS CONSTANTES DO ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA, APRESENTAR JUNTAMENTE COM A PROPOSTA, A SEGUINTE DOCUMENTAÇÃO:

- **ALVARÁ SANITÁRIO - atualizado e vigente, nos termos e condições estabelecidas na legislação referentes ao domicílio da sede da licitante, ou ainda, se for o caso, comprovação em caso de dispensa;**
- **ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO**
- **CERTIFICADO DE VISTORIA DE TRANSPORTE**

SE A EMPRESA NÃO FOR A RESPONSÁVEL PELA PRODUÇÃO DEVERÁ APRESENTAR TAMBÉM O ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO E ALVARÁ SANITÁRIO DE CADA LOCAL DE PRODUÇÃO. EM CASO DE SISPENSA DE APRESENTAÇÃO DE REGISTRO A EMPRESA DEVERÁ APRESENTAR A RESPECTIVA RESOLUÇÃO QUE A ISENTE.

6.4 - A licitante poderá ainda juntamente com sua proposta escrita enviar uma mídia (CD ou Pen Drive) com planilha elaborada, disponibilizada juntamente com o edital no site da PMA: www.araguari.mg.gov.br, contendo nº CNPJ, marca e preços unitários dos produtos, nos termos do Anexo II.



7 - HABILITAÇÃO

7.1 - Toda a documentação exigida deverá ser apresentada conforme artigo 32, da Lei nº 8.666/93:

- Em original;
- Por qualquer processo de cópia, exceto por fac-símile, devidamente autenticada por cartório competente, publicação em órgão da Imprensa Oficial e ou por servidor lotado no setor de licitações **até 30 minutos antes do horário fixado** para entrega dos envelopes e início da sessão;
- **Não serão autenticadas cópias durante o credenciamento** dos representantes das licitantes ou durante a realização do pregão, nem pelo pregoeiro nem pelos integrantes da equipe de apoio.
- Não serão autenticadas cópias reprográficas autenticadas por oficial público em cartório.

7.2 - A regularidade da habilitação do licitante será confirmada por meio da análise ainda dos seguintes documentos, os quais deverão ser apresentados no envelope de habilitação, a saber:

7.2.1 - REGULARIDADE JURÍDICA

7.2.1.1 - Registro Comercial, no caso de empresa individual, devidamente registrada na Junta Comercial competente. **(desnecessário se já apresentado no credenciamento).**

7.2.1.2 - Ato constitutivo - Estatuto ou Contrato Social - e a última alteração em vigor (que poderá ser apresentada na forma consolidada, substituindo o contrato original), devidamente registrados e arquivados na repartição competente, para as Sociedades Comerciais, e, em se tratando de Sociedades por Ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, com a publicação no Diário Oficial da Ata de Assembléia que aprovou o Estatuto, e cópia da Certidão de Arquivamento na repartição competente **(desnecessário se já apresentado no credenciamento).**

7.2.1.3 - Inscrição do ato constitutivo, no caso de Sociedades Cíveis, acompanhada de prova da diretoria em exercício **(desnecessário se já apresentado no credenciamento).**

7.2.1.4 - Decreto de autorização, em se tratando de empresas ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir **(desnecessário se já apresentado no credenciamento).**

7.2.2 - REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

7.2.2.1 - Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica **(CNPJ)** do Ministério da Fazenda devidamente válida.



7.2.2.2 - Prova de **Inscrição** no Cadastro dos Contribuintes **Estadual ou Municipal**, relativo ao domicílio ou sede do Licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

7.2.2.3 - Prova de regularidade para com as **Fazendas Federal** (Portarias MF358, de 05/09/2014 e MF443, de 17/10/2014), **Estadual e Municipal**, relativo ao domicílio ou sede do Licitante, ou outra equivalente na forma da Lei.

7.2.2.4 - Prova de regularidade junto ao **FGTS** (CRF), expedido pela CEF - Caixa Econômica Federal, demonstrando o cumprimento com os encargos sociais instituídos por lei;

7.2.2.5 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de **Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Trabalhistas**.

7.2.3 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

7.2.3.1 - A regularidade da qualificação econômico-financeira das licitantes será confirmada por meio da análise de Certidão Negativa de Falência e Recuperação Judicial (antiga Concordata), expedida pelo cartório distribuidor da comarca da sede da pessoa jurídica ou de execução de pessoa física, com emissão em prazo não superior 90 (noventa) dias da data prevista para a entrega dos envelopes, de acordo com o inciso II do art. 31 da Lei Federal n.º 8.666/93, a qual deverá ser apresentada no envelope de habilitação.

7.2.3.1.1 - A Certidão Negativa de Falência e Recuperação Judicial (antiga Concordata) deverá ser apresentada em via original ou em cópia autenticada por Tabelionatos de Notas.

7.2.4 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

7.2.4.1 - A regularidade da qualificação técnica exigida das licitantes, a qual deverá ser apresentada no envelope de habilitação, será confirmada por meio da comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, através da apresentação de no mínimo 01 (um) atestado de desempenho anterior, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprobatório da capacidade técnica para atendimento ao objeto da presente licitação.

7.2.4.2 - Os atestados de Capacidade Técnica terão prazo de validade indeterminado, salvo quando neste estiver explícita a sua validade.

7.3 - Juntamente com os documentos referidos nesta cláusula (7 - DA HABILITAÇÃO), será apresentado para fins de habilitação a seguinte declaração:

I - declaração, nos moldes do art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, de que a licitante não possui trabalhadores menores de 18 anos realizando trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de qualquer trabalho a menores de 16 anos,



segundo determina o inciso V do art. 27 da Lei Federal n.º 8.666/93 (com redação dada pela Lei Federal n.º 9.854/99), salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, na forma da lei (modelo a seguir):

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO ART. XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO
FEDERAL

A empresa, CNPJ n.º, declara, sob as penas da lei, que não possui trabalhadores menores de 18 anos realizando trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, segundo determina o inciso V do artigo 27 da Lei Federal n.º 8.666/93 (com redação dada pela Lei Federal n.º 9.854/99), salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, na forma da lei.

Data e local:

Assinatura do Representante Legal

7.3.1 - O não atendimento ao previsto no item 7.3 ensejará a inabilitação da licitante.

7.4 - Os documentos provenientes da rede mundial de computadores (“internet”) terão sua autenticidade certificada junto às páginas eletrônicas (“sites”) dos respectivos órgãos emissores, para os devidos fins de habilitação.

7.5 - A Microempresa - ME, a Empresa de Pequeno Porte - EPP e o Microempreendedor Individual - MEI deverão apresentar toda a documentação exigida para a habilitação, inclusive os documentos comprobatórios da regularidade fiscal, mesmo que estes apresentem alguma restrição.

7.5.1 - Havendo restrição nos documentos comprobatórios da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a Microempresa (ME), a Empresa de Pequeno Porte (EPP) ou o Microempreendedor Individual (MEI) for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério do Pregoeiro, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas e/ou positivas com efeitos de certidão negativa.

7.5.2 - A prorrogação do prazo para a regularização fiscal dependerá de requerimento, devidamente fundamentado, dirigido ao Pregoeiro.

7.5.3 - Entende-se por tempestivo o requerimento de prorrogação apresentado nos 02 (dois) dias úteis inicialmente concedidos.

7.6 - Os documentos mencionados nesta cláusula (7 - DA HABILITAÇÃO) não poderão ser substituídos por qualquer tipo de protocolo ou apresentados por meio de discos magnéticos.

8 - DA SESSÃO DO PREGÃO

8.1 - Após o horário determinado para a entrega dos envelopes, o Pregoeiro declarará aberta a sessão do PREGÃO, oportunidade em que não mais se aceitará novas licitantes, dando início ao recebimento dos envelopes “Proposta Comercial” e



“Documentação de Habilitação”, exclusivamente para os participantes devidamente credenciados.

8.2 - Da Classificação das Propostas Comerciais

8.2.1 - Abertos os envelopes de Propostas Comerciais, estas serão analisadas verificando-se o atendimento de todas as especificações e condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos, sendo imediatamente desclassificadas aquelas em desacordo com os termos previamente estabelecidos no instrumento convocatório.

8.2.2 - O Pregoeiro classificará o(s) autor(es) da(s) proposta(s) de **menor preço por ITEM** e aqueles que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento) à(s) proposta(s) de menor preço por item, para participarem da etapa de lances verbais.

8.2.3 - Se não houver no mínimo 03 (três) propostas de preços nas condições definidas no item 8.2.2, o Pregoeiro classificará as melhores propostas, até o máximo de 03 (três), para que seus proponentes participem da etapa de lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas inicialmente apresentadas.

8.3 - Dos Lances Verbais

8.3.1 - Aos proponentes classificados será dada a oportunidade para nova disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e, em sequência, dos demais licitantes em ordem decrescente de preços.

8.3.1.1 - **A proposta a ser apresentada na fase de lances verbais deverá ser, no mínimo, 1% (um por cento) inferior em relação ao menor preço apresentado para o objeto da licitação.**

8.3.1.2 - **Encerrada a etapa de lances verbais, o Pregoeiro verificará se o preço da proposta final encontra-se em conformidade com o valor de referência obtido para cada item, conforme se extrai do “Quadro Comparativo de Prévias” que instrui a solicitação.**

8.3.1.2.1 - **Entende-se por “valor de referência” o preço médio alcançado para cada item descrito no “Quadro Comparativo de Prévias”.**

8.3.1.3 - **Se o preço obtido na etapa de lances verbais estiver de acordo com o valor de referência, o Pregoeiro o aceitará para o item.**

8.3.1.4 - **Caso o melhor preço apurado na etapa de lances esteja superior ao valor de referência, o Pregoeiro divulgará o aludido valor ao licitante classificado em primeiro lugar, com quem negociará diretamente.**



8.3.1.4.1 - A negociação será considerada exitosa se o preço obtido for menor ao “valor de referência”, hipótese em que o Pregoeiro declarará o item classificado para habilitação.

8.3.1.4.2 - Após a negociação, mantido o preço acima do “valor de referência” pelo licitante, o Pregoeiro declarará o item como fracassado.

8.3.2 - Se duas ou mais propostas, em absoluta igualdade de condições, ficarem empatadas, será realizado sorteio em ato público para definir a ordem de apresentação de propostas na etapa dos lances verbais.

8.3.3 - A desistência da licitante em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará na exclusão da proponente desta etapa e na manutenção do último preço apresentado, para efeito de posterior ordenação das propostas.

8.4 - Do Julgamento

8.4.1 - O critério de julgamento do presente procedimento licitatório será o de **MENOR PREÇO POR ITEM**.

8.4.2 - Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas apresentadas, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao(s) objeto(s) e valor(es), decidindo motivadamente a respeito.

8.4.2.1 - Ocorrendo empate, entendendo-se como tal aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas Microempresas (MEs), Empresas de Pequeno Porte (EPPs) ou Microempreendedores Individuais (MEIs) sejam iguais ou superiores em até 5% (cinco por cento) ao(s) melhor(es) preço(s) obtido(s) por item(ns), deverá o Pregoeiro assim proceder:

I - a Microempresa (ME), a Empresa de Pequeno Porte (EPP) ou o Microempreendedor Individual (MEI) considerado empatado e mais bem classificado deverá ser convocado, após o término da etapa de lances verbais, para apresentar nova proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, o que deverá ser feito em até 05 (cinco) minutos após a convocação, sob pena de preclusão;

II - a Microempresa (ME), a Empresa de Pequeno Porte (EPP) ou o Microempreendedor Individual (MEI) indicado no inciso anterior que efetivamente apresente nova proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, desde que em tempo hábil, terá adjudicado em seu favor o(s) objeto(s) licitado(s);

III - não ocorrendo contratação de Microempresa (ME), de Empresa de Pequeno Porte (EPP) ou de Microempreendedor Individual (MEI), na forma dos incisos I e II deste item 8.4.2.1, serão convocados as Microempresas (MEs), as Empresas de Pequeno Porte (EPPs) ou os Microempreendedores Individuais (MEIs) remanescentes na ordem classificatória, para o exercício do direito de ofertar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame;



IV - no caso de equivalência de propostas apresentadas por Microempresas (MEs), Empresas de Pequeno Porte (EPPs) ou Microempreendedores Individuais (MEIs) que se encontrem no intervalo estabelecido nos incisos I e II deste item 8.4.2.1, será realizado sorteio entre os mesmos para que se determine aquele(a) que primeiro poderá apresentar proposta;

V - caso não haja Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP) ou Microempreendedor Individual (MEI) em situação de empate ou, ainda, existindo Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP) ou Microempreendedor Individual (MEI), mas não ocorra a apresentação de novo lance ou não seja atendidas as exigências documentais de habilitação, será declarado vencedor o licitante originalmente detentor da melhor oferta.

• Não se aplicará o critério previsto no subitem anterior para os itens **04, 05, 07, 08, 09 E 10** considerando serem destinados exclusivamente ou com cota reservada para a participação das MEs/EPPs/MEIs.

- NA HIPÓTESE DE UMA ME/EPP/MEI SAGRAR-SE VENCEDORA DA COTA PRINCIPAL PARA O MESMO ITEM, SERÁ REGISTRADO PARA AMBAS AS COTAS APENAS O PREÇO MENOR, OU SEJA, É EXPRESSAMENTE VEDADO QUE O FORNECEDOR PRATIQUE PREÇOS DISTINTOS PARA O MESMO ITEM.

- CASO NÃO HAJA LICITANTES INTERESSADOS NOS ITENS RESERVADOS PARA MEs/EPPs/MEIs O LICITANTE VENCEDOR DA COTA PRINCIPAL, QUE TENHA APRESENTADO PROPOSTA PARA OS ITENS DA COTA RESERVADA, FICA OBRIGADO A FORNECER OS ITENS REFERENTES A COTA RESERVADA PELO MESMO VALOR OFERECIDO NA COTA PRINCIPAL.

* Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se a Licitante desistente às penalidades previstas neste Edital;

8.4.2.2 - O disposto no item 8.4.2.1 somente se aplicará quando a melhor oferta válida não tiver sido apresentada por Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP) ou Microempreendedor Individual (MEI).

8.4.2.3 - Caso não seja realizada a etapa de lances verbais, será verificada a conformidade entre a(s) proposta(s) escrita(s) de menor preço e o(s) valor(es) estimado(s) para a contratação do(s) item(ns).

8.4.2.4 - Havendo apenas uma oferta e desde que esta atenda a todos os termos do Edital e que seu preço seja compatível com o valor estimado da contratação, poderá ela ser aceita pelo Pregoeiro.

8.4.2.5 - No caso das licitações exclusivas para Microempresas (MEs), Empresas de Pequeno Porte (EPPs) e Microempreendedores Individuais (MEIs), ou de licitação para os itens exclusivos para Microempresas (MEs), Empresas de Pequeno Porte (EPPs) e Microempreendedores Individuais (MEIs), quando não houver o comparecimento de nenhuma dessas, não ocorrerá o empate ficto



legalmente estabelecido e, por consequente, não será aplicado o disposto nos incisos do subitem 8.4.2.1.

8.4.3 - Sendo aceitável(is) a(s) oferta(s) de menor preço, será(ão) aberto(s) o(s) envelope(s) contendo a documentação de habilitação da(s) licitante(s) que a(s) tiver(em) formulado, para confirmação da(s) sua(s) condição(ões) habilitatória(s).

8.4.4 - Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, será(ão) declarada(s) a(s) licitante(s) vencedor(as), sendo-lhe(s) adjudicado o(s) objeto(s) deste Edital para o(s) qual(is) apresentou(aram) proposta(s) vencedora(s).

8.4.5 - Se a proposta não for aceitável ou se a licitante não atender as exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à verificação das condições de habilitação da licitante, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às condições do Edital, sendo o respectivo proponente declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto para o qual tenha apresentado proposta.

8.4.6 - Apurada(s) a(s) melhor(es) proposta(s) que atenda(m) às condições do Edital, o Pregoeiro deverá negociar para que seja obtido um melhor preço.

8.5 - Da sessão pública lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes que, ao final, será assinada pelo Pregoeiro, pela Equipe de Apoio e pelos proponentes.

8.6 - Decididos os recursos ou transcorrido o prazo para sua interposição relativamente ao Pregão sem qualquer manifestação, o Pregoeiro devolverá às licitantes julgadas desclassificadas os respectivos envelopes "Documentação de Habilitação" inviolados, podendo, todavia, retê-los até o encerramento da licitação.

9 - DOS RECURSOS

9.1 - Declarado(s) o(s) vencedor(es), qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, cuja síntese será lavrada em ata, sendo concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação das razões de recurso, ficando os demais proponentes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual prazo, que começarão a correr do término do prazo da licitante recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

9.2 - A licitante poderá também apresentar as razões do recurso no ato do Pregão, as quais serão reduzidas a termo na respectiva ata, ficando todos os demais proponentes desde logo intimados para apresentar contrarrazões no prazo de 03 (três) dias, contados da lavratura da ata, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

9.3 - A falta de manifestação na sessão, imediata e motivada do proponente, importará a decadência do direito de apresentar recurso.

9.4 - Os recursos deverão ser decididos no prazo de 05 (cinco) dias úteis.



9.5 - O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.6 - O resultado do recurso será divulgado mediante afixação no quadro de avisos deste órgão e comunicado a todos os proponentes via fax ou correio eletrônico.

10 - DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

10.1 - Inexistindo manifestação recursal das licitantes, o Pregoeiro adjudicará o(s) objeto(s) da licitação à(s) licitante(s) vencedora(s), com a posterior homologação do resultado pela Autoridade Superior solicitante, conforme disposto no Decreto Municipal n.º 107/2013.

10.2 - Decididos os recursos porventura interpostos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a Autoridade Superior, conforme disposto no Decreto Municipal n.º 107/2013, adjudicará o(s) objeto(s) à(s) licitante(s) vencedora(s) e homologará o procedimento licitatório.

11- DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1 - O Instrumento Contratual, como parte integrante do presente Instrumento convocatório, obedecerá às condições nele estabelecidas e seus Anexos, e terá vigência de **12 (doze) meses**, período este que deverá ser discriminado.

11.2 - O prazo de validade da Ata de Registro de Preços não poderá ser superior a um ano, computadas neste as eventuais prorrogações, conforme disposto no art. 15, §,3º, III, da Lei Federal n.º 8.666/93 e no art. 12 do Decreto Federal n.º 7.892/2013.

11.3 - A(s) licitante(s) vencedora(s) deverá(ão) apresentar, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data do recebimento da solicitação, cópia do Estatuto ou Contrato Social, com as alterações ocorridas, bem como de documentos que comprovem a habilitação de pessoa indicada para assinatura do contrato.

11.4 - A(s) licitante(s) vencedora(s) será(ão) convocado(s), por escrito, para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, retirar, assinar e devolver o instrumento contratual ata de registro de preços, na forma da minuta apresentada no Anexo V, adaptado(s) à(s) proposta(s) vencedora(s).

11.5 - O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela(s) licitante(s) vencedora(s), desde que ocorra motivo justificado, aceito pela Administração Contratante.

11.6 - A Administração Contratante publicará o extrato do instrumento contratual no Diário Oficial do Município, no prazo de até 20 (vinte) dias, contados da data de sua assinatura.



11.7 - A recusa injusta da(s) convocada(s) em assinar o instrumento contratual, aceitar ou retirar o instrumento contratual equivalente, dentro do prazo estabelecido nos itens 11.3, 11.4 e 11.5, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a(s) às penalidades aludidas neste Edital.

11.8 - É facultado à Administração Contratante, quando a(s) convocada(s) não assinar(em), aceitar(em) ou retirar(em) o(s) instrumento(s) contratual(is), no prazo e condições estabelecidos, convocar as demais licitantes remanescentes a fazê-lo, na ordem de classificação, revogar a licitação, por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprada, ou anular, em todo ou em parte, por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito.

11.9 - A Ata de Registro de Preços não poderá sofrer acréscimos nos quantitativos fixados, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei Federal n.º 8.666/93, conforme disposição trazida pelo art. 12, § 1º, do Decreto Federal n.º 7.892/2013.

11.9.1 - O prazo de entrega dos objetos desta licitação será de **será de acordo com o Anexo I – Termo de Referência dias após a apresentação de solicitação ou empenho ou autorização de entrega emitida por quem de direito, sendo que cada ordem deverá conter a anuência do Sr. Secretário Municipal de Fazenda, conforme disciplinado no art. 2º, inciso III, do Decreto Municipal n.º 107/2013.**

12 – DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1 - A Ata de Registro de Preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei n.º 8.666, de 1993 e no Decreto Municipal n.º 105, de 2014.

12.2 - Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

12.3 - As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na Ata de Registro de Preços para os órgãos e entidades participantes, podendo ser autorizado no máximo 05 (cinco) adesões por Ata de Registro de Preços.



12.4 - As adesões à Ata de Registro de Preços são limitadas, na totalidade, ao quintuplo do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.

12.5 - Ao órgão não participante que aderir à Ata compete os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo contratado das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

12.6 - Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

12.6.1 - Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da Ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.

13 - DA RESCISÃO CONTRATUAL

13.1 - A Ata de Registro de Preços poderá ser rescindida pela Administração Contratante, a qualquer tempo, em conformidade com o disposto nos arts. 77, 78, 79 e seus parágrafos, da Lei Federal n.º 8.666/93.

13.2 - A rescisão imediata da Ata de Registro de Preços será cabível, além de outras hipóteses legais, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial e sem prejuízo de outras penalidades, quando a(s) licitante(s) contratada(s):

I - falir, for objeto de concurso de credores, dissolução ou liquidação;

II - transferir, no todo ou em parte, as obrigações decorrentes desta licitação;

III - deixar de cumprir, total ou parcialmente, as obrigações contratuais;

IV - desatender às determinações do servidor designado pela Administração Contratante, no exercício de suas atribuições de acompanhamento e fiscalização da execução da Ata de Registro de Preços;

V - cometer, reiteradamente, faltas na execução da Ata de Registro de Preços;

VI - for objeto de fusão, cisão ou incorporação que prejudique o cumprimento da Ata de Registro de Preços.



14 - DO PAGAMENTO

14.1 - O pagamento será efetuado pela Tesouraria da Prefeitura de Araguari com até 30 (trinta) dias após a entrega dos itens e após apresentação da Nota Fiscal.

14.2 - A(s) despesa(s) decorrente(s) desta licitação correrá(ão) por conta da(s) Dotação(ões) Orçamentária(s):

| Ficha | Dotação | Nome |
|-------|---------------------------------------|---------------------|
| 258 | 02.08. .12.306.0002.2051.3.3.90.30.00 | MATERIAL DE CONSUMO |
| 273 | 02.08. .12.361.0008.2123.3.3.90.30.00 | MATERIAL DE CONSUMO |
| 303 | 02.08. .12.365.0009.2181.3.3.90.30.00 | MATERIAL DE CONSUMO |
| 296 | 02.08. .12.365.0008.2206.3.3.90.30.00 | MATERIAL DE CONSUMO |

15 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. Se a contratada ensejar o retardamento da execução do objeto deste Termo de Referência, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na sua execução, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública e será descredenciada do procedimento licitatório;

15.2. Ficam estabelecidos os seguintes percentuais de multas, aplicáveis quando do descumprimento contratual:

15.2.1. 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) por dia de atraso na execução do objeto, ou por dia de atraso no cumprimento de obrigação contratual ou legal, até o 30º (trigésimo) dia, calculados sobre o valor do contrato, por ocorrência;

15.2.2. 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, na execução do objeto ou no cumprimento de obrigação contratual legal, com a possível rescisão contratual;

15.2.3. 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, na hipótese de a contratada, injustificadamente, desistir do contrato ou der causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de descumprimento contratual, quando a Prefeitura, em face da menor gravidade do fato mediante motivação da autoridade superior, poderá reduzir o percentual da multa a ser aplicada.

15.3. As multas não são compensatórias e não excluem as perdas e danos resultantes;



15.4. Caso a contratada não possa cumprir o prazo estipulado para a entrega, total ou parcial, dos bens solicitados, deverão apresenta justificativa por escrito, devidamente comprovada nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho a vontade das partes que altere fundamentalmente as condições estabelecidas; e de impedimento de sua execução por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência;

15.5. A solicitação de prorrogação, contendo o novo prazo para entrega dos bens solicitados, deverá ser encaminhada à Contratada, até o vencimento do prazo de prestação inicialmente estipulado, ficando a critério da Contratante a sua aceitação;

15.6. As sanções previstas, em face da gravidade da infração, poderão ser aplicadas cumulativamente, após regular Processo Administrativo em que se garantirá a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

15.7 - Da Extensão das Penalidades

15.7.1 - A sanção relativa à suspensão temporária de participação em licitação e de contratar com a Administração Pública poderá ser também aplicada àqueles que:

I - retardarem a execução do Pregão;

II - demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração; ou

III - fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal.

16 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1 - Este Edital deverá ser lido e interpretado na íntegra, e, após apresentação da documentação e da proposta, não serão aceitas alegações de desconhecimento ou discordância de seus termos.

16.2 - Será dada vista às licitantes interessadas em relação a todos os documentos constantes dos envelopes “Proposta Comercial” e “Documentação de Habilitação” apresentados na sessão.

16.3 - É facultado ao Pregoeiro ou à Secretaria Municipal de Administração do Município de Araguari/MG, em qualquer fase do julgamento, promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo e a aferição do ofertado, bem como solicitar a órgãos competentes a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar as decisões a ser proferidas.



16.4 - É vedado à licitante retirar sua proposta ou parte dela após aberta a sessão do Pregão.

16.5 - É vedado à licitante vencedora subcontratar total ou parcialmente a(s) prestação(ões) de serviço(s) referente ao objeto deste Pregão.

16.6 - A presente licitação somente poderá ser revogada, por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulada, em todo ou em parte, por ilegalidade reconhecida de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

16.7 - O Pregoeiro, no interesse da Administração, poderá relevar omissões puramente formais observadas na documentação e na(s) proposta(s) apresentada(s), desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam

a lisura da licitação, sendo possível a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

16.8 - A reprodução deste edital tem um preço de R\$ 5,00 (cinco reais), para cobrir os custos com sua reprografia, e será fornecido mediante a apresentação do comprovante de depósito bancário, em nome da Prefeitura Municipal de Araguari/MG, na seguinte conta: **Caixa Econômica Federal S/A** - Agência: 0096 - Conta Corrente: 33-0, **ou gratuitamente através do site da Prefeitura Municipal de Araguari/MG: www.araguari.mg.gov.br**.

16.9 - A fiscalização da Ata de Registro de Preços ficará a cargo **da servidora Sra. Waldeni Maria de Assis – Diretora do Departamento de Assistência ao Educando**, nos termos do item 04 do Termo de Referência (Anexo I), que, sem restringir a plenitude dessas responsabilidades, exercerá a mais ampla e completa fiscalização na sua execução.

16.10 - Este Edital possui 06 (seis) Anexos, a saber:

Anexo I - Termo de Referência;

Anexo II - Modelo de Proposta Comercial;

Anexo III - Modelo de Credenciamento;

Anexo IV - Modelo de declaração de condição de ME / EPP / MEI;

Anexo V - Minuta da Ata Registro de Preços; e

Anexo VI - Minuta de Instrumento Contratual.

16.11 - Os proponentes poderão se dirigir ao Protocolo da Prefeitura Municipal de Araguari/MG, situado na Rua Virgílio de Melo Franco, n.º 550, Centro, Araguari/MG, bem como encaminhar via e-mail para o endereço: licitacao@araguari.mg.gov.br, sem prejuízo da faculdade prevista no 1º do artigo 113 da Lei 8.666/93, aos cuidados do Pregoeiro, pedidos para quaisquer esclarecimentos técnicos referentes ao objeto licitado ou apresentar impugnação ao edital, em até 02 (dois) dias úteis antes da data determinada para a entrega dos envelopes.



16.12 - Informações complementares que se destinem a conferir mais esclarecimentos sobre a presente licitação serão prestadas pelo Departamento de Licitações e Contratos, no horário de 12:00 às 18:00 horas, de segunda a sexta-feira, pessoalmente ou pelo telefone: (0**34) 3690-3280.

16.13 - Para os devidos fins de controle e informação, as empresas licitantes que retirarem o Edital pela rede mundial de computadores (“Internet”) deverão enviar os dados cadastrais para o seguinte fax: (0**34) 3690-3280.

16.14 - O valor global estimado para a presente compra é de **R\$ 911.230,00 (Novecentos e Onze Mil Duzentos e Trinta Reais)**, cujos recursos correspondem às **Verbas 100 (Recursos Ordinários) e 144(Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Educação)**, como fonte pagadora que custeará a aquisição do objeto da presente licitação.

Araguari/MG, 14 de Agosto de 2019.

Cristiane Nery Pereira
Secretário Municipal de Educação

Neilton dos Santos Andrade
Pregoeiro

**ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA****PREGÃO PRESENCIAL Nº 106/2019 - RP Nº 086/2019 PROCESSO Nº 176/2019****TERMO DE REFERÊNCIA – Solicitações nº 2150, 2153, 2154 e 2157**

1. DO OBJETO:

Aquisição de gêneros alimentícios (pães) para atender as necessidades dos Centros Educacionais Municipais (CEMs) e dos Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs) da Secretaria Municipal de Educação.

2. DADOS ORÇAMENTÁRIOS:

| DADOS | IDENTIFICADOR | DESCRIÇÃO |
|----------------------------|---------------|---|
| Fonte de Recursos | 100 | Recursos Ordinários |
| Ficha/Dotação Orçamentária | 258 | Material de consumo |
| Subfunção | 306 | Alimentação e Nutrição |
| Programa | 0002 | Apoio Administrativo |
| Projeto/ Atividade | 2051 | Manutenção do Setor de Assistência ao Educando |
| Elemento da despesa | 3.3.90.30.00 | Despesas Correntes, Aplicações Diretas e Material de consumo. |
| Subelemento da despesa | 07 | Gêneros alimentícios |
| Conta Bancária | | 73125-0 |

| DADOS | IDENTIFICADOR | DESCRIÇÃO |
|----------------------------|---------------|---|
| Fonte de Recursos | 144 | Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Educação. |
| Ficha/Dotação Orçamentária | 273 | Material de consumo |
| Subfunção | 361 | Ensino Fundamental |
| Programa | 0008 | Alimentação Escolar |
| Projeto/ Atividade | 2123 | Execução de Convênio FNDE/PNAE- Fundamental-Mais Educação-Agricultura Familiar. |
| Elemento da despesa | 3.3.90.30.00 | Despesas Correntes, Aplicações Diretas e Material de consumo. |
| Subelemento da despesa | 07 | Gêneros alimentícios |
| Conta Bancária | | 59.218-8 |



| DADOS | IDENTIFICADOR | DESCRIÇÃO |
|----------------------------|---------------|---|
| Fonte de Recursos | 100 | Recursos Ordinários |
| Ficha/Dotação Orçamentária | 303 | Material de consumo |
| Subfunção | 365 | Ensino Infantil |
| Programa | 0009 | Centros Municipais de Educação Infantil |
| Projeto/ Atividade | 2181 | Administração e Manutenção de Creches |
| Elemento da despesa | 3.3.90.30.00 | Despesas Correntes, Aplicações Diretas e Material de consumo. |
| Subelemento da despesa | 07 | Gêneros alimentícios |
| Conta Bancária | | 73125-0 |

| DADOS | IDENTIFICADOR | DESCRIÇÃO |
|----------------------------|---------------|---|
| Fonte de Recursos | 144 | Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Educação. |
| Ficha/Dotação Orçamentária | 296 | Material de consumo |
| Subfunção | 365 | Ensino Infantil |
| Programa | 0008 | Alimentação Escolar |
| Projeto/ Atividade | 2206 | Execução de Convênio FNDE/PNAE- Fundamental-Mais Educação-Agricultura Familiar. |
| Elemento da despesa | 3.3.90.30.00 | Despesas Correntes, Aplicações Diretas e Material de consumo. |
| Subelemento da despesa | 07 | Gêneros alimentícios |
| Conta Bancária | | 59.212-8 |

3. FINALIDADE:

A finalidade dessa aquisição é disponibilizar alimentos (pães) para suprimento das demandas presentes nas unidades de atendimento dos Centros Educacionais Municipais (CEMs), dos Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs) da Secretaria Municipal de Educação.

4. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E CUSTO ESTIMADO:

Os itens serão fornecidos de acordo com as especificações e quantitativos constantes na Solicitação de Compras neste Termo, dentro dos limites estabelecidos no instrumento contratual a ser originado.



SOLICITAÇÃO Nº2150

| ITENS | | | | | | |
|-------|--|----|------|--------|----------|--|
| Item | Descrição | Fm | U.E. | QtdeEm | Qtde | |
| 1 | 07.023.0035 - ROSCA PARA ATENDIMENTO DA ZONA RURAL. PESANDO 50g CADA. PRODUTO DE QUALIDADE COM MIOLO BRANCO E CASCA DOURADA BRILHANTE E HOMOGENEA. FORMATO TRADICIONAL. O PRODUTO DEVERÁ DER ENTREGUE NOS CEM (ESCOLAS) DA ZONA RURAL CONFORME PROGRAMAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO EM EMBALAGENS APROPRIADAS PARA ALIMENTOS, SERÃO REJEITADOS ROSCAS MAL ASSADAS, QUEIMADAS, AMASSADAS, EMBATUMADAS E COM ASPECTO DE MASSA PESADA. A EMPRESA QUE PRODUZ AS ROSCAS DEVERÁ APRESENTAR O ALVARÁ SANITÁRIO E ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO, JUNTAMENTE COM O CERTIFICADO DE VISTORIA DE TRANSPORTE. SE A EMPRESA NÃO FOR A RESPONSÁVEL PELA PRODUÇÃO DEVERÁ APRESENTAR TAMBÉM O ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO E ALVARÁ SANITÁRIO DE CADA LOCAL DE PRODUÇÃO. EM CASO DE DISPENSA DE APRESENTAÇÃO DO REGISTRO A EMPRESA DEVERÁ APRESENTAR A RESPECTIVA RESOLUÇÃO QUE A ISENTE. | U | KG | 1 | 1.000,00 | |
| 2 | 07.023.0035 - ROSCA PARA ATENDIMENTO DA ZONA URBANA. PESANDO 50g CADA. PRODUTO DE QUALIDADE COM MIOLO BRANCO E CASCA DOURADA BRILHANTE E HOMOGENEA. FORMATO TRADICIONAL. O PRODUTO DEVERÁ DER ENTREGUE NOS CEM (ESCOLAS) DA ZONA URBANA CONFORME PROGRAMAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO EM EMBALAGENS APROPRIADAS PARA ALIMENTOS, SERÃO REJEITADOS ROSCAS MAL ASSADAS, QUEIMADAS, AMASSADAS, EMBATUMADAS E COM ASPECTO DE MASSA PESADA. A EMPRESA QUE PRODUZ AS ROSCAS DEVERÁ APRESENTAR O ALVARÁ SANITÁRIO E ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO, JUNTAMENTE COM O CERTIFICADO DE VISTORIA DE TRANSPORTE. SE A EMPRESA NÃO FOR A RESPONSÁVEL PELA PRODUÇÃO DEVERÁ APRESENTAR TAMBÉM O ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO E ALVARÁ SANITÁRIO DE CADA LOCAL DE PRODUÇÃO. EM CASO DE DISPENSA DE APRESENTAÇÃO DO REGISTRO A EMPRESA DEVERÁ APRESENTAR A RESPECTIVA RESOLUÇÃO QUE A ISENTE. | U | KG | 1 | 5.000,00 | |
| 3 | 07.018.0024 - PÃO PARA CACHORRO QUENTE PARA ATENDIMENTO DA ZONA RURAL. PESANDO 50g CADA. PRODUTO DE QUALIDADE COM MIOLO BRANCO E CASCA DOURADA BRILHANTE E HOMOGENEA. FORMATO TRADICIONAL. O PRODUTO DEVERÁ DER ENTREGUE NOS CEM (ESCOLAS) DA ZONA RURAL CONFORME PROGRAMAÇÃO DA | U | KG | 1 | 1.000,00 | |

**Prefeitura Municipal de Araguari**
Estado de Minas Gerais
Emissão de Solicitações

| ITENS | | | | | | |
|-------|---|----|------|--------|----------|--|
| Item | Descrição | Fm | U.E. | QtdeEm | Qtde | |
| 4 | SECRETARIA DE EDUCAÇÃO EM EMBALAGENS APROPRIADAS PARA ALIMENTOS, SERÃO REJEITADOS PÃES MAL ASSADOS, QUEIMADOS, AMASSADOS, EMBATUMADOS E COM ASPECTO DE MASSA PESADA. A EMPRESA QUE PRODUZ OS PÃES DEVERÁ APRESENTAR O ALVARÁ SANITÁRIO E ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO, JUNTAMENTE COM O CERTIFICADO DE VISTORIA DE TRANSPORTE. SE A EMPRESA NÃO FOR A RESPONSÁVEL PELA PRODUÇÃO DEVERÁ APRESENTAR TAMBÉM O ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO E ALVARÁ SANITÁRIO DE CADA LOCAL DE PRODUÇÃO. EM CASO DE DISPENSA DE APRESENTAÇÃO DO REGISTRO A EMPRESA DEVERÁ APRESENTAR A RESPECTIVA RESOLUÇÃO QUE A ISENTE. 07.018.0024 - PÃO PARA CACHORRO QUENTE PARA ATENDIMENTO DA ZONA URBANA. PESANDO 50g CADA. PRODUTO DE QUALIDADE COM MIOLO BRANCO E CASCA DOURADA BRILHANTE E HOMOGENEA. FORMATO TRADICIONAL. O PRODUTO DEVERÁ DER ENTREGUE NOS CEM (ESCOLAS) DA ZONA URBANA CONFORME PROGRAMAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO EM EMBALAGENS APROPRIADAS PARA ALIMENTOS, SERÃO REJEITADOS PÃES MAL ASSADOS, QUEIMADOS, AMASSADOS, EMBATUMADOS E COM ASPECTO DE MASSA PESADA. A EMPRESA QUE PRODUZ OS PÃES DEVERÁ APRESENTAR O ALVARÁ SANITÁRIO E ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO, JUNTAMENTE COM O CERTIFICADO DE VISTORIA DE TRANSPORTE. SE A EMPRESA NÃO FOR A RESPONSÁVEL PELA PRODUÇÃO DEVERÁ APRESENTAR TAMBÉM O ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO E ALVARÁ SANITÁRIO DE CADA LOCAL DE PRODUÇÃO. EM CASO DE DISPENSA DE APRESENTAÇÃO DO REGISTRO A EMPRESA DEVERÁ APRESENTAR A RESPECTIVA RESOLUÇÃO QUE A ISENTE. | U | KG | 1 | 3.000,00 | |
| 5 | 07.018.0023 - PÃO FRANCÊS PARA ATENDIMENTO DA ZONA RURAL. PRODUZIDO COM FARINHA DE TRIGO, ÁGUA, FERMENTO BIOLÓGICO, SAL, AÇÚCAR, DENTRE OUTROS INGREDIENTES. PESANDO 50 g CADA UNIDADE. O PRODUTO DEVERÁ SER ENTREGUE NOS CEM (ESCOLAS) DA ZONA RURAL, CONFORME PROGRAMAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, EM EMBALAGEM APROPRIADA PARA ALIMENTO, SERÃO REJEITADOS PÃES MAL ASSADOS, QUEIMADOS, AMASSADOS, EMBATUMADOS E COM ASPECTO DE MASSA PESADA. A EMPRESA QUE PRODUZ OS PÃES DEVERÁ APRESENTAR ALVARÁ SANITÁRIO E ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO, JUNTAMENTE COM O CERTIFICADO DE VISTORIA DE TRANSPORTE. SE A EMPRESA NÃO FOR A RESPONSÁVEL PELA PRODUÇÃO DEVERÁ APRESENTAR TAMBÉM O ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO E ALVARÁ SANITÁRIO DE CADA LOCAL DE PRODUÇÃO. EM CASO DE DISPENSA DE APRESENTAÇÃO DE REGISTRO A EMPRESA DEVERÁ APRESENTAR A RESPECTIVA RESOLUÇÃO QUE A ISENTE. | U | KG | 1 | 3.000,00 | |
| 6 | 07.018.0023 - PÃO FRANCÊS PARA ATENDIMENTO DA ZONA URBANA. PRODUZIDO COM FARINHA DE TRIGO, ÁGUA, FERMENTO BIOLÓGICO, SAL, AÇÚCAR, DENTRE OUTROS INGREDIENTES. PESANDO 50 g CADA UNIDADE. O PRODUTO DEVERÁ SER ENTREGUE NOS CEM (ESCOLAS) DA ZONA URBANA, CONFORME PROGRAMAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, EM EMBALAGEM APROPRIADA PARA ALIMENTO, SERÃO REJEITADOS PÃES MAL ASSADOS, QUEIMADOS, AMASSADOS, EMBATUMADOS E COM ASPECTO DE MASSA PESADA. A EMPRESA QUE PRODUZ OS PÃES DEVERÁ APRESENTAR ALVARÁ SANITÁRIO E ALVARÁ DE | U | KG | 1 | 9.000,00 | |

**Prefeitura Municipal de Araguari**
Estado de Minas Gerais
Emissão de Solicitações

| ITENS | | | | | | | |
|-------|--|----|------|--------|------|-----------|-------|
| Item | Descrição | Fm | U.E. | QtdeEm | Qtde | Vir.Unit. | Total |
| | FUNIONAMENTO, JUNTAMENTE COM O CERTIFICADO DE VISTORIA DE TRANSPORTE. SE A EMPRESA NÃO FOR A RESPONSÁVEL PELA PRODUÇÃO DEVERÁ APRESENTAR TAMBÉM O ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO E ALVARÁ SANITÁRIO DE CADA LOCAL DE PRODUÇÃO. EM CASO DE SISPENSA DE APRESENTAÇÃO DE REGISTRO A EMPRESA DEVERÁ APRESENTAR A RESPECTIVA RESOLUÇÃO QUE A ISENTE. | | | | | | |

SOLICITAÇÃO Nº2153

| ITENS | | | | | | | |
|-------|---|----|------|--------|------|-----------|----------|
| Item | Descrição | Fm | U.E. | QtdeEm | Qtde | Vir.Unit. | Total |
| 1 | 07.018.0023 - PÃO FRANCÊS PARA ATENDIMENTO DA ZONA URBANA. PRODUZIDO COM FARINHA DE TRIGO, ÁGUA, FERMENTO BIOLÓGICO, SAL, AÇÚCAR, DENTRE OUTROS INGREDIENTES. PESANDO 50 g CADA UNIDADE. O PRODUTO DEVERÁ SER ENTREGUE NOS CEM (ESCOLAS) DA ZONA URBANA, CONFORME PROGRAMAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, EM EMBALAGEM APROPRIADA PARA ALIMENTO, SERÃO REJEITADOS PÃES MAL ASSADOS, QUEIMADOS, AMASSADOS, EMBATUMADOS E COM ASPECTO DE MASSA PESADA. A EMPRESA QUE PRODUZ OS PÃES DEVERÁ APRESENTAR ALVARÁ SANITÁRIO E ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO, JUNTAMENTE COM O CERTIFICADO DE VISTORIA DE TRANSPORTE. SE A EMPRESA NÃO FOR A RESPONSÁVEL PELA PRODUÇÃO DEVERÁ APRESENTAR TAMBÉM O ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO E ALVARÁ SANITÁRIO DE CADA LOCAL DE PRODUÇÃO. EM CASO DE SISPENSA DE APRESENTAÇÃO DE REGISTRO A EMPRESA DEVERÁ APRESENTAR A RESPECTIVA RESOLUÇÃO QUE A ISENTE. | U | KG | 1 | | | 9.000,00 |

Total Solicitação

SOLICITAÇÃO Nº2154



| ITENS | | | | | | |
|-------|---|----|------|--------|----------|--|
| Item | Descrição | Fm | U.E. | QtdeEm | Qtde | |
| 1 | 07.023.0035 - ROSCA PARA ATENDIMENTO DA ZONA RURAL. PESANDO 50g CADA. PRODUTO DE QUALIDADE COM MIOLO BRANCO E CASCA DOURADA BRILHANTE E HOMOGENEA. FORMATO TRADICIONAL. O PRODUTO DEVERÁ DER ENTREGUE NOS CMEIS (CRECHES) DA ZONA RURAL CONFORME PROGRAMAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO EM EMBALAGENS APROPRIADAS PARA ALIMENTOS, SERÃO REJEITADOS ROSCAS MAL ASSADAS, QUEIMADAS, AMASSADAS, EMBATUMADAS E COM ASPECTO DE MASSA PESADA. A EMPRESA QUE PRODUZ AS ROSCAS DEVERÁ APRESENTAR O ALVARÁ SANITÁRIO E ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO, JUNTAMENTE COM O CERTIFICADO DE VISTORIA DE TRANSPORTE. SE A EMPRESA NÃO FOR A RESPONSÁVEL PELA PRODUÇÃO DEVERÁ APRESENTAR TAMBÉM O ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO E ALVARÁ SANITÁRIO DE CADA LOCAL DE PRODUÇÃO. EM CASO DE DISPENSA DE APRESENTAÇÃO DO REGISTRO A EMPRESA DEVERÁ APRESENTAR A RESPECTIVA RESOLUÇÃO QUE A ISENTE. | U | KG | 1 | 1.000,00 | |
| 2 | 07.023.0035 - ROSCA PARA ATENDIMENTO DA ZONA URBANA. PESANDO 50g CADA. PRODUTO DE QUALIDADE COM MIOLO BRANCO E CASCA DOURADA BRILHANTE E HOMOGENEA. FORMATO TRADICIONAL. O PRODUTO DEVERÁ DER ENTREGUE NOS CMEI (CRECHES) DA ZONA URBANA CONFORME PROGRAMAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO EM EMBALAGENS APROPRIADAS PARA ALIMENTOS, SERÃO REJEITADOS ROSCAS MAL ASSADAS, QUEIMADAS, AMASSADAS, EMBATUMADAS E COM ASPECTO DE MASSA PESADA. A EMPRESA QUE PRODUZ AS ROSCAS DEVERÁ APRESENTAR O ALVARÁ SANITÁRIO E ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO, JUNTAMENTE COM O CERTIFICADO DE VISTORIA DE TRANSPORTE. SE A EMPRESA NÃO FOR A RESPONSÁVEL PELA PRODUÇÃO DEVERÁ APRESENTAR TAMBÉM O ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO E ALVARÁ SANITÁRIO DE CADA LOCAL DE PRODUÇÃO. EM CASO DE DISPENSA DE APRESENTAÇÃO DO REGISTRO A EMPRESA DEVERÁ APRESENTAR A RESPECTIVA RESOLUÇÃO QUE A ISENTE. | U | KG | 1 | 6.000,00 | |
| 3 | 07.018.0024 - PÃO PARA CACHORRO QUENTE PARA ATENDIMENTO DA ZONA RURAL. PESANDO 50g CADA. PRODUTO DE QUALIDADE COM MIOLO BRANCO E CASCA DOURADA BRILHANTE E HOMOGENEA. FORMATO TRADICIONAL. O PRODUTO DEVERÁ DER ENTREGUE NOS CMEI (CRECHES) DA ZONA RURAL CONFORME PROGRAMAÇÃO DA | U | KG | 1 | 1.000,00 | |



| ITENS | | | | | |
|-------|---|----|------|--------|----------|
| Item | Descrição | Fm | U.E. | QtdeEm | Qtde |
| 4 | <p>SECRETARIA DE EDUCAÇÃO EM EMBALAGENS APROPRIADAS PARA ALIMENTOS, SERÃO REJEITADOS PÃES MAL ASSADOS, QUEIMADOS, AMASSADOS, EMBATUMADOS E COM ASPECTO DE MASSA PESADA. A EMPRESA QUE PRODUZ OS PÃES DEVERÁ APRESENTAR O ALVARÁ SANITÁRIO E ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO, JUNTAMENTE COM O CERTIFICADO DE VISTORIA DE TRANSPORTE. SE A EMPRESA NÃO FOR A RESPONSÁVEL PELA PRODUÇÃO DEVERÁ APRESENTAR TAMBÉM O ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO E ALVARÁ SANITÁRIO DE CADA LOCAL DE PRODUÇÃO. EM CASO DE DISPENSA DE APRESENTAÇÃO DO REGISTRO A EMPRESA DEVERÁ APRESENTAR A RESPECTIVA RESOLUÇÃO QUE A ISENTE.</p> <p>07.018.0024 - PÃO PARA CACHORRO QUENTE PARA ATENDIMENTO DA ZONA URBANA. PESANDO 50g CADA. PRODUTO DE QUALIDADE COM MIOLO BRANCO E CASCA DOURADA BRILHANTE E HOMOGENEA. FORMATO TRADICIONAL. O PRODUTO DEVERÁ DER ENTREGUE NOS CMEI (CRECHES) DA ZONA URBANA CONFORME PROGRAMAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO EM EMBALAGENS APROPRIADAS PARA ALIMENTOS, SERÃO REJEITADOS PÃES MAL ASSADOS, QUEIMADOS, AMASSADOS, EMBATUMADOS E COM ASPECTO DE MASSA PESADA. A EMPRESA QUE PRODUZ OS PÃES DEVERÁ APRESENTAR O ALVARÁ SANITÁRIO E ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO, JUNTAMENTE COM O CERTIFICADO DE VISTORIA DE TRANSPORTE. SE A EMPRESA NÃO FOR A RESPONSÁVEL PELA PRODUÇÃO DEVERÁ APRESENTAR TAMBÉM O ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO E ALVARÁ SANITÁRIO DE CADA LOCAL DE PRODUÇÃO. EM CASO DE DISPENSA DE APRESENTAÇÃO DO REGISTRO A EMPRESA DEVERÁ APRESENTAR A RESPECTIVA RESOLUÇÃO QUE A ISENTE.</p> | U | KG | 1 | 3.500,00 |
| 5 | <p>07.018.0023 - PÃO FRANCÊS PARA ATENDIMENTO DA ZONA RURAL. PRODUZIDO COM FARINHA DE TRIGO, ÁGUA, FERMENTO BIOLÓGICO, SAL, AÇÚCAR, DENTRE OUTROS INGREDIENTES. PESANDO 50 g CADA UNIDADE. O PRODUTO DEVERÁ SER ENTREGUE NOS CMEI (CRECHES) DA ZONA RURAL, CONFORME PROGRAMAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, EM EMBALAGEM APROPRIADA PARA ALIMENTO, SERÃO REJEITADOS PÃES MAL ASSADOS, QUEIMADOS, AMASSADOS, EMBATUMADOS E COM ASPECTO DE MASSA PESADA. A EMPRESA QUE PRODUZ OS PÃES DEVERÁ APRESENTAR ALVARÁ SANITÁRIO E ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO, JUNTAMENTE COM O CERTIFICADO DE VISTORIA DE TRANSPORTE. SE A EMPRESA NÃO FOR A RESPONSÁVEL PELA PRODUÇÃO DEVERÁ APRESENTAR TAMBÉM O ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO E ALVARÁ SANITÁRIO DE CADA LOCAL DE PRODUÇÃO. EM CASO DE DISPENSA DE APRESENTAÇÃO DE REGISTRO A EMPRESA DEVERÁ APRESENTAR A RESPECTIVA RESOLUÇÃO QUE A ISENTE.</p> | U | KG | 1 | 2.000,00 |
| 6 | <p>07.018.0023 - PÃO FRANCÊS PARA ATENDIMENTO DA ZONA URBANA. PRODUZIDO COM FARINHA DE TRIGO, ÁGUA, FERMENTO BIOLÓGICO, SAL, AÇÚCAR, DENTRE OUTROS INGREDIENTES. PESANDO 50 g CADA UNIDADE. O PRODUTO DEVERÁ SER ENTREGUE NOS CMEI (CRECHES) DA ZONA URBANA, CONFORME PROGRAMAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, EM EMBALAGEM APROPRIADA PARA ALIMENTO, SERÃO REJEITADOS PÃES MAL ASSADOS, QUEIMADOS, AMASSADOS, EMBATUMADOS E COM ASPECTO DE MASSA PESADA. A EMPRESA QUE PRODUZ OS PÃES DEVERÁ APRESENTAR ALVARÁ SANITÁRIO E ALVARÁ DE</p> | U | KG | 1 | 7.500,00 |



| ITENS | | | | | |
|-------|---|----|------|--------|------|
| Item | Descrição | Fm | U.E. | QtdeEm | Qtde |
| | FUNCIONAMENTO, JUNTAMENTE COM O CERTIFICADO DE VISTORIA DE TRANSPORTE. SE A EMPRESA NÃO FOR A RESPONSÁVEL PELA PRODUÇÃO DEVERÁ APRESENTAR TAMBÉM O ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO E ALVARÁ SANITÁRIO DE CADA LOCAL DE PRODUÇÃO. EM CASO DE SISPENSA DE APRESENTAÇÃO DE REGISTRO A EMPRESA DEVERÁ APRESENTAR A RESPECTIVA RESOLUÇÃO QUE A ISENTE. | | | | |

SOLICITAÇÃO Nº 2157

| ITENS | | | | | |
|-------|--|----|------|--------|----------|
| Item | Descrição | Fm | U.E. | QtdeEm | Qtde |
| 1 | 07.018.0023 - PÃO FRANCÊS PARA ATENDIMENTO DA ZONA URBANA. PRODUZIDO COM FARINHA DE TRIGO, ÁGUA, FERMENTO BIOLÓGICO, SAL, AÇÚCAR, DENTRE OUTROS INGREDIENTES. PESANDO 50 g CADA UNIDADE. O PRODUTO DEVERÁ SER ENTREGUE NOS CMEI (CRECHES) DA ZONA URBANA, CONFORME PROGRAMAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, EM EMBALAGEM APRÓPRIADA PARA ALIMENTO, SERÃO REJEITADOS PÃES MAL ASSADOS, QUEIMADOS, AMASSADOS, EMBATUMADOS E COM ASPECTO DE MASSA PESADA. A EMPRESA QUE PRODUZ OS PÃES DEVERÁ APRESENTAR ALVARÁ SANITÁRIO E ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO, JUNTAMENTE COM O CERTIFICADO DE VISTORIA DE TRANSPORTE. SE A EMPRESA NÃO FOR A RESPONSÁVEL PELA PRODUÇÃO DEVERÁ APRESENTAR TAMBÉM O ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO E ALVARÁ SANITÁRIO DE CADA LOCAL DE PRODUÇÃO. EM CASO DE SISPENSA DE APRESENTAÇÃO DE REGISTRO A EMPRESA DEVERÁ APRESENTAR A RESPECTIVA RESOLUÇÃO QUE A ISENTE. | U | KG | 1 | 7.500,00 |

5. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE:

Justificamos as Solicitações nº 2150,2153,2154 e 2157 para aquisição de gêneros alimentícios destinados ao atendimento dos alunos dos Centros Educacionais Municipais (CEMs), dos Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs) da Secretaria Municipal de Educação no período de 12 meses, utilizando os recursos do PNAE e Recursos Ordinários, considerando o número de alunos, por volta de 7.000 (sete mil alunos) a serem atendidos em nossas unidades no ano de 2019, extensivos a um período de 12 meses.

Ainda, justificamos tal solicitação tendo em vista que a alimentação escolar é um direito constitucional determinado, portanto, na Carta Magna da República:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando



ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. [...]

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

[...] VII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009)

§ 1º O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.

§ 2º O não-oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente, [...]

Justificamos, também, considerando a Lei nº 9.394/96 – LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional:

Art. 4º. O dever do Estado com a educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

[...] VIII - atendimento ao educando, no ensino fundamental público, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde; [...]

IX - padrões mínimos de qualidade de ensino, definidos como a variedade e quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem. [...]

Além disso, conforme descreveu Eliane de Oliveira Lima Teixeira em seu trabalho científico “A Merenda Escolar e seus aspectos Políticos, Sociais e Nutricionais”, de 2008: “do ponto de vista científico, a nutrição dos seres humanos é relevante para a manutenção da saúde e para o bem estar psicossocial e a merenda escolar é um meio de discutir e de introduzir hábitos alimentares saudáveis à população, além de ampliar o papel pedagógico da escola. “O direito humano à alimentação só se concretiza realmente, quando proporciona o desenvolvimento pleno e saudável de cada cidadão” (Castro, 2006).

Finalmente, justificamos que tal aquisição dar-se-á utilizando-se a fonte de Recursos provenientes do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, que, também, considera o disposto na Constituição Federal, arts. 205 e 208, incisos IV e VII; além de considerar outros aspectos:

- A alimentação adequada é um direito fundamental do ser humano, reconhecido internacionalmente pela Declaração Universal dos Direitos Humanos (art. 25) e pelo Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais – PIDESC (art. 11), sendo inerente à dignidade da pessoa humana e indispensável à realização dos direitos consagrados na Constituição Federal, devendo o poder público adotar as políticas e ações



que se façam necessárias para promover e garantir a segurança alimentar e nutricional da população, como disposto na Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional;

- Compete ao Ministério da Educação propor ações educativas que perpassem pelo currículo escolar, abordando o tema alimentação e nutrição e a inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem dentro da perspectiva do desenvolvimento de práticas saudáveis de vida e da segurança alimentar e nutricional, conforme disposto Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009/2009, em seu art. 15;
- A importância da interssetorialidade por meio de políticas, programas, ações governamentais e não governamentais para a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, por meio de ações articuladas entre educação, saúde, agricultura, sociedade civil, ação social, entre outros; considera o exercício do controle social, de caráter deliberativo, por meio da participação da comunidade, com a finalidade de garantir o acompanhamento e assessoramento da execução do PNAE;
- O cumprimento da Resolução CFN nº 358, de 18 de maio de 2005, do Conselho Federal de Nutricionistas, que dispõe sobre as atribuições do nutricionista no âmbito do Programa de Alimentação Escolar e dá outras providências.

Sendo o que justificamos, nos colocamos ao dispor para demais esclarecimentos.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

- ✓ Disponibilizar os itens no prazo estabelecido (de acordo com as necessidades) contado a partir do requerimento escrito feito pela Secretaria de Educação;
- ✓ O produto deverá ser entregue nos CEM (escolas) e CMEIs (creches) da zona urbana e zona rural conforme programação da Secretaria Municipal de Educação em embalagens apropriadas para alimentos, serão rejeitados roscas e pães mal passadas, queimadas, amassadas, embatumadas e com aspecto de massa pesada. As empresas que produz as roscas e pães deverão apresentar o alvará sanitário e alvará de funcionamento, juntamente com o certificado de vistoria de transporte, se a empresa não for a responsável pela produção devera apresentar também o alvará de funcionamento e alvará sanitário de cada local de produção. Em caso de dispensa de apresentação do registro a empresa deverá apresentar a respectiva resolução que a isente.



- ✓ É vedada a subcontratação total ou parcial do fornecimento do objeto deste Termo de Referência.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

- ✓ Informar dotação orçamentária e mantê-la com saldo programado no decorrer da execução do contrato de modo a garantir sua liquidez;
- ✓ Efetuar os pagamentos devidos à contratada;
- ✓ Receber os itens objetos do contrato, nos termos, prazos, condições e especificações estabelecidas no instrumento contratual;
- ✓ Designar servidor responsável para fiscalização e acompanhamento do contrato;
- ✓ Rejeitar, no todo ou em parte, por intermédio da fiscalização, o fornecimento de itens que estejam em desacordo com o firmado, exigindo sua substituição e não realizando trâmites para liquidação e pagamento enquanto não for efetivada;
- ✓ Aplicar à contratada as penalidades depois de constatadas às irregularidades, garantido o contraditório e ampla defesa;
- ✓ Fornecer à contratada todas as informações, esclarecimentos, documentos e demais condições necessárias à execução do contrato;
- ✓ Notificar a contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução do contrato, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

8. CRITÉRIOS DE JULGAMENTO:

Menor preço.

9. Sanções:

Conforme estabelecidos na Lei nº 8.666/93.

10. FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado pela Tesouraria da Prefeitura de Araguari com até 30 (trinta) dias após a entrega dos itens e após apresentação da Nota Fiscal.

Os pagamentos serão, usualmente, feitos no valor correspondente às entregas do mês anterior; devendo ter havido o recebimento dos itens e sua conferência; atestados no Termo de Recebimento e nas Notas Fiscais de Venda



devidamente recebidas e certificadas por servidor responsável pelo recebimento dos itens; e após a tramitação do processo para instrução e liquidação da nota.

11. DA FISCALIZAÇÃO E DO RECEBIMENTO

A fiscalização do contrato será feita pelo Departamento de Assistência ao Educando. E o servidor desse departamento será o responsável pelo recebimento e conferência dos itens.

O responsável principal será a servidora:

- Waldeni Maria de Assis – Diretora do Departamento de Assistência ao Educando.

12. PRAZO

O instrumento contratual deverá vigor por 12meses

Araguari, 24 de maio de 2019.

Werlei Ferreira de Macedo
Secretário Municipal de Educação

**ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL****PREGÃO PRESENCIAL Nº 106/2019 - RP Nº 086/2019 PROCESSO Nº 176/2019**

| DADOS DA EMPRESA PARTICIPANTE | | | |
|---|--------------|-------------|--------|
| Local e Data: | | | |
| Razão Social: | | | |
| CNPJ/MF: | | | |
| Referência Bancária para pagamento: | Conta: | Agência: | Banco: |
| Endereço completo: | | | |
| Telefone/Fax: | | | |
| DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL PARA EFETIVAÇÃO/ASSINATURA DO INSTRUMENTO CONTRATUAL OU OUTRO HÁBIL, CASO A ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO DO OBJETO SEJA FAVORÁVEL A ESTA EMPRESA | | | |
| REPRESENTANTE LEGAL | Nome | | |
| | Cargo/Função | | |
| | Endereço | | |
| RG | | CPF | |
| EMAIL PARA ENVIO DO CONTRATO | | TEL. | |

ITEM 01, 02, 03 E 06 (Cota Principal) - item aberto para a participação de todos os interessados que atendam aos requisitos deste edital;

ITEM 07, 08, 09, 10 (Cota Reservada) - item aberto para a participação exclusiva de Microempresas - MEs, Empresas de Pequeno Porte - EPP e Microempreendedores Individuais - MEIs, que atendam aos requisitos deste edital, sem prejuízo de sua participação nos itens da cota principal.

ITENS 04 E 05 (Itens Exclusivos) - itens com valor estimado de até R\$ 80.000,00, considerado aberto para a participação exclusiva de Microempresas - MEs, Empresas de Pequeno Porte - EPP e Microempreendedores Individuais - MEIs, que atendam aos requisitos deste edital, sem prejuízo de sua participação nos itens da cota principal.

| Item | Descrição | Qtde | Unidade Medida | MARCA | VALOR UNIT. | VALOR GLOBAL |
|------|---|----------|----------------|-------|-------------|--------------|
| 1 | PÃO FRANCÊSPARA ATENDIMENTO DA ZONA URBANA. PRODUZIDO COM FARINHA DE TRIGO, ÁGUA, FERMENTO BIOLÓGICO, SAL, AÇÚCAR, DENTRE OUTROS INGREDIENTES. PESANDO 50 g CADA UNIDADE. O PRODUTO DEVERÁ SER ENTREGUE NOS CMEI (CRECHES) DA ZONA URBANA, CONFORME PROGRAMAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, EM EMBALAGEM APROPRIADA PARA ALIMENTO, SERÃO REJEITADOS PÃES MAL ASSADOS, QUEI,MADOS, AMASSADOS, EMBATUMADOS E COM ASPECTO DE MASSA PESADA. A EMPRESA QUE PRODUZ OS PÃES | 24750,00 | | | | |



| | | | | | |
|---|--|---------|--|--|--|
| | DEVERÁ APRESENTAR ALVARÁ SANITÁRIO E ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO, JUNTAMENTE COM O CERTIFICADO DE VISTORIA DE TRANSPORTE. SE A EMPRESA NÃO FOR A RESPONSÁVEL PELA PRODUÇÃO DEVERÁ APRESENTAR TAMBÉM O ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO E ALVARÁ SANITÁRIO DE CADA LOCAL DE PRODUÇÃO. EM CASO DE SISPENSA DE APRESENTAÇÃO DE REGISTRO A EMPRESA DEVERÁ APRESENTAR A RESPECTIVA RESOLUÇÃO QUE A ISENTE. | | | | |
| 2 | PÃO FRANCÊSPARA ATENDIMENTO DA ZONA RURAL. PRODUZIDO COM FARINHA DE TRIGO, ÁGUA, FERMENTO BIOLÓGICO, SAL, AÇÚCAR, DENTRE OUTROS INGREDIENTES. PESANDO 50 g CADA UNIDADE. O PRODUTO DEVERÁ SER ENTREGUE NOS CMEI (CRECHES) DA ZONA RURAL, CONFORME PROGRAMAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, EM EMBALAGEM APROPRIADA PARA ALIMENTO, SERÃO REJEITADOS PÃES MAL ASSADOS, QUEI,MADOS, AMASSADOS, EMBATUMADOS E COM ASPECTO DE MASSA PESADA. A EMPRESA QUE PRODUZ OS PÃES DEVERÁ APRESENTAR ALVARÁ SANITÁRIO E ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO, JUNTAMENTE COM O CERTIFICADO DE VISTORIA DE TRANSPORTE. SE A EMPRESA NÃO FOR A RESPONSÁVEL PELA PRODUÇÃO DEVERÁ APRESENTAR TAMBÉM O ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO E ALVARÁ SANITÁRIO DE CADA LOCAL DE PRODUÇÃO. EM CASO DE SISPENSA DE APRESENTAÇÃO DE REGISTRO A EMPRESA DEVERÁ APRESENTAR A RESPECTIVA RESOLUÇÃO QUE A ISENTE. | 3750,00 | | | |
| 3 | PÃO PARA CACHORRO QUENTE PARA ATENDIMENTO DA ZONA URBANA. PESANDO 50g CADA. PRODUTO DE QUALIDADE COM MIOLO BRANCO E CASCA DOURADA BRILHANTE E HOMOGENEA. FORMATO TRADICIONAL. O PRODUTO DEVERÁ DER ENTREGUE NOS CEM (ESCOLAS) DA ZONA URBANA CONFORME PROGRAMAÇÃO DA | 4875,00 | | | |



| | | | | | | |
|---|---|---------|--|--|--|--|
| | SECRETARIA DE EDUCAÇÃO EM EMBALAGENS APROPRIADAS PARA ALIMENTOS, SERÃO REJEITADOS PÃES MAL ASSADOS, QUEIMADOS, AMASSADOS, EMBATUMADOS E COM ASPECTO DE MASSA PESADA. A EMPRESA QUE PRODUZ OS PÃES DEVERÁ APRESENTAR O ALVARÁ SANITÁRIO E ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO, JUNTAMENTE COM O CERTIFICADO DE VISTORIA DE TRANSPORTE. SE A EMPRESA NÃO FOR A RESPONSÁVEL PELA PRODUÇÃO DEVERÁ APRESENTAR TAMBÉM O ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO E ALVARÁ SANITÁRIO DE CADA LOCAL DE PRODUÇÃO. EM CASO DE DISPENSA DE APRESENTAÇÃO DO REGISTRO A EMPRESA DEVERÁ APRESENTAR A RESPECTIVA RESOLUÇÃO QUE A ISENTE. | | | | | |
| 4 | PÃO PARA CACHORRO QUENTE PARA ATENDIMENTO DA ZONA RURAL. PESANDO 50g CADA. PRODUTO DE QUALIDADE COM MIOLO BRANCO E CASCA DOURADA BRILHANTE E HOMOGENEA. FORMATO TRADICIONAL. O PRODUTO DEVERÁ DER ENTREGUE NOS CEM (ESCOLAS) DA ZONA RURAL CONFORME PROGRAMAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO EM EMBALAGENS APROPRIADAS PARA ALIMENTOS, SERÃO REJEITADOS PÃES MAL ASSADOS, QUEIMADOS, AMASSADOS, EMBATUMADOS E COM ASPECTO DE MASSA PESADA. A EMPRESA QUE PRODUZ OS PÃES DEVERÁ APRESENTAR O ALVARÁ SANITÁRIO E ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO, JUNTAMENTE COM O CERTIFICADO DE VISTORIA DE TRANSPORTE. SE A EMPRESA NÃO FOR A RESPONSÁVEL PELA PRODUÇÃO DEVERÁ APRESENTAR TAMBÉM O ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO E ALVARÁ SANITÁRIO DE CADA LOCAL DE PRODUÇÃO. EM CASO DE DISPENSA DE APRESENTAÇÃO DO REGISTRO A EMPRESA DEVERÁ APRESENTAR A RESPECTIVA RESOLUÇÃO QUE A ISENTE. | 2000,00 | | | | |
| 5 | ROSCA PARA ATENDIMENTO DA ZONA RURAL. PESANDO 50g CADA. PRODUTO DE QUALIDADE COM MIOLO BRANCO E CASCA DOURADA | 2000,00 | | | | |



| | | | | | |
|---|---|---------|--|--|--|
| | <p>BRILHANTE E HOMOGENEA. FORMATO TRADICIONAL. O PRODUTO DEVERÁ DER ENTREGUE NOS CMEIS (CRECHES) DA ZONA RURAL CONFORME PROGRAMAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO EM EMBALAGENS APROPRIADAS PARA ALIMENTOS, SERÃO REJEITADOS ROSCAS MAL ASSADAS, QUEIMADAS, AMASSADAS, EMBATUMADAS E COM ASPECTO DE MASSA PESADA. A EMPRESA QUE PRODUZ AS ROSCAS DEVERÁ APRESENTAR O ALVARÁ SANITÁRIO E ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO, JUNTAMENTE COM O CERTIFICADO DE VISTORIA DE TRANSPORTE. SE A EMPRESA NÃO FOR A RESPONSÁVEL PELA PRODUÇÃO DEVERÁ APRESENTAR TAMBÉM O ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO E ALVARÁ SANITÁRIO DE CADA LOCAL DE PRODUÇÃO. EM CASO DE DISPENSA DE APRESENTAÇÃO DO REGISTRO A EMPRESA DEVERÁ APRESENTAR A RESPECTIVA RESOLUÇÃO QUE A ISENTE.</p> | | | | |
| 6 | <p>ROSCAPARA ATENDIMENTO DA ZONA URBANA. PESANDO 50g CADA. PRODUTO DE QUALIDADE COM MIOLO BRANCO E CASCA DOURADA BRILHANTE E HOMOGENEA. FORMATO TRADICIONAL. O PRODUTO DEVERÁ DER ENTREGUE NOS CMEI (CRECHES) DA ZONA URBANA CONFORME PROGRAMAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO EM EMBALAGENS APROPRIADAS PARA ALIMENTOS, SERÃO REJEITADOS ROSCAS MAL ASSADAS, QUEIMADAS, AMASSADAS, EMBATUMADAS E COM ASPECTO DE MASSA PESADA. A EMPRESA QUE PRODUZ AS ROSCAS DEVERÁ APRESENTAR O ALVARÁ SANITÁRIO E ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO, JUNTAMENTE COM O CERTIFICADO DE VISTORIA DE TRANSPORTE. SE A EMPRESA NÃO FOR A RESPONSÁVEL PELA PRODUÇÃO DEVERÁ APRESENTAR TAMBÉM O ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO E ALVARÁ SANITÁRIO DE CADA LOCAL DE PRODUÇÃO. EM CASO DE DISPENSA DE APRESENTAÇÃO DO REGISTRO A EMPRESA DEVERÁ APRESENTAR A RESPECTIVA</p> | 8250,00 | | | |



| | RESOLUÇÃO QUE A ISENTE. | | | | |
|---|--|---------|--|--|--|
| 7 | PÃO FRANCÊSPARA ATENDIMENTO DA ZONA URBANA. PRODUZIDO COM FARINHA DE TRIGO, ÁGUA, FERMENTO BIOLÓGICO, SAL, AÇÚCAR, DENTRE OUTROS INGREDIENTES. PESANDO 50 g CADA UNIDADE. O PRODUTO DEVERÁ SER ENTREGUE NOS CMEI (CRECHES) DA ZONA URBANA, CONFORME PROGRAMAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, EM EMBALAGEM APROPRIADA PARA ALIMENTO, SERÃO REJEITADOS PÃES MAL ASSADOS, QUEI,MADOS, AMASSADOS, EMBATUMADOS E COM ASPECTO DE MASSA PESADA. A EMPRESA QUE PRODUZ OS PÃES DEVERÁ APRESENTAR ALVARÁ SANITÁRIO E ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO, JUNTAMENTE COM O CERTIFICADO DE VISTORIA DE TRANSPORTE. SE A EMPRESA NÃO FOR A RESPONSÁVEL PELA PRODUÇÃO DEVERÁ APRESENTAR TAMBÉM O ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO E ALVARÁ SANITÁRIO DE CADA LOCAL DE PRODUÇÃO. EM CASO DE SISPENSA DE APRESENTAÇÃO DE REGISTRO A EMPRESA DEVERÁ APRESENTAR A RESPECTIVA RESOLUÇÃO QUE A ISENTE. | 8250,00 | | | |
| 8 | PÃO FRANCÊSPARA ATENDIMENTO DA ZONA RURAL. PRODUZIDO COM FARINHA DE TRIGO, ÁGUA, FERMENTO BIOLÓGICO, SAL, AÇÚCAR, DENTRE OUTROS INGREDIENTES. PESANDO 50 g CADA UNIDADE. O PRODUTO DEVERÁ SER ENTREGUE NOS CMEI (CRECHES) DA ZONA RURAL, CONFORME PROGRAMAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, EM EMBALAGEM APROPRIADA PARA ALIMENTO, SERÃO REJEITADOS PÃES MAL ASSADOS, QUEI,MADOS, AMASSADOS, EMBATUMADOS E COM ASPECTO DE MASSA PESADA. A EMPRESA QUE PRODUZ OS PÃES DEVERÁ APRESENTAR ALVARÁ SANITÁRIO E ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO, JUNTAMENTE COM O CERTIFICADO DE VISTORIA DE TRANSPORTE. SE A EMPRESA NÃO FOR A RESPONSÁVEL PELA PRODUÇÃO DEVERÁ APRESENTAR TAMBÉM O ALVARÁ DE | 1250,00 | | | |



| | | | | | |
|----|---|---------|--|--|--|
| | FUNCIONAMENTO E ALVARÁ SANITÁRIO DE CADA LOCAL DE PRODUÇÃO. EM CASO DE SISPENSA DE APRESENTAÇÃO DE REGISTRO A EMPRESA DEVERÁ APRESENTAR A RESPECTIVA RESOLUÇÃO QUE A ISENTE. | | | | |
| 9 | PÃO PARA CACHORRO QUENTE PARA ATENDIMENTO DA ZONA URBANA. PESANDO 50g CADA. PRODUTO DE QUALIDADE COM MIOLO BRANCO E CASCA DOURADA BRILHANTE E HOMOGENEA. FORMATO TRADICIONAL. O PRODUTO DEVERÁ DER ENTREGUE NOS CEM (ESCOLAS) DA ZONA URBANA CONFORME PROGRAMAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO EM EMBALAGENS APROPRIADAS PARA ALIMENTOS, SERÃO REJEITADOS PÃES MAL ASSADOS, QUEIMADOS, AMASSADOS, EMBATUMADOS E COM ASPECTO DE MASSA PESADA. A EMPRESA QUE PRODUZ OS PÃES DEVERÁ APRESENTAR O ALVARÁ SANITÁRIO E ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO, JUNTAMENTE COM O CERTIFICADO DE VISTORIA DE TRANSPORTE. SE A EMPRESA NÃO FOR A RESPONSÁVEL PELA PRODUÇÃO DEVERÁ APRESENTAR TAMBÉM O ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO E ALVARÁ SANITÁRIO DE CADA LOCAL DE PRODUÇÃO. EM CASO DE DISPENSA DE APRESENTAÇÃO DO REGISTRO A EMPRESA DEVERÁ APRESENTAR A RESPECTIVA RESOLUÇÃO QUE A ISENTE. | 1625,00 | | | |
| 10 | ROSCA PARA ATENDIMENTO DA ZONA URBANA. PESANDO 50g CADA. PRODUTO DE QUALIDADE COM MIOLO BRANCO E CASCA DOURADA BRILHANTE E HOMOGENEA. FORMATO TRADICIONAL. O PRODUTO DEVERÁ DER ENTREGUE NOS CMEI (CRECHES) DA ZONA URBANA CONFORME PROGRAMAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO EM EMBALAGENS APROPRIADAS PARA ALIMENTOS, SERÃO REJEITADOS ROSCAS MAL ASSADAS, QUEIMADAS, AMASSADAS, EMBATUMADAS E COM ASPECTO DE MASSA PESADA. A EMPRESA QUE PRODUZ AS ROSCAS DEVERÁ | 2750,00 | | | |



| | | | | | | |
|---------------------------------|---|--|--|--|--|--|
| | APRESENTAR O ALVARÁ SANITÁRIO E ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO, JUNTAMENTE COM O CERTIFICADO DE VISTORIA DE TRANSPORTE. SE A EMPRESA NÃO FOR A RESPONSÁVEL PELA PRODUÇÃO DEVERÁ APRESENTAR TAMBÉM O ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO E ALVARÁ SANITÁRIO DE CADA LOCAL DE PRODUÇÃO. EM CASO DE DISPENSA DE APRESENTAÇÃO DO REGISTRO A EMPRESA DEVERÁ APRESENTAR A RESPECTIVA RESOLUÇÃO QUE A ISENTE. | | | | | |
| TOTAL DA PROPOSTA EM R\$ | | | | | | |

Declaramos que,

1) nos preços indicados em nossa proposta estão computados todas as despesas de transporte, os tributos, encargos sociais e trabalhistas, e demais custos que os compõem.

2) O prazo de validade de nossa proposta e de 60 (sessenta) dias corridos, a contar da abertura da licitação.

3) Caso nos seja adjudicado o objeto da presente licitação, nos comprometemos a assinar o contrato no prazo determinado, indicando para esse fim o Sr. _____, carteira de identidade nº _____, CPF nº _____, _____(profissão), _____(função na empresa), residente a Rua, Avenida _____ nº _____, em _____ (Cidade), como responsável desta empresa.

4) Caso consagrarmos vencedores nesta licitação, o pagamento do preço dos itens a ser retirados da Ata de Registro de Preços, de acordo com nossa proposta financeira, será creditado em nossa conta _____ (corrente/poupança) de nº _____, Agência nº _____, do Banco _____, na forma como definido na Resolução do Banco Central nº 2.882, de 30/08/2001.

5) Prazos de entrega do objeto da licitação será de acordo com o Anexo I – Termo de Referência do Pregão /2019, contados da solicitação. A ata de registro de preços terá o prazo de 12(doze) meses, contados a partir da sua assinatura.

6) Prazo de pagamento será até no máximo 30 (trinta) dias após a cada entrega, mediante a apresentação da nota fiscal, empenho e liberação por quem de direito.

7) Finalizando, declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no pregão e seus anexos.

Araguari/MG,

de

de 2019.

Assinatura e Carimbo CNPJ do Proponente



ANEXO III - MODELO DE CREDENCIAMENTO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 106/2019 - RP Nº 086/2019 PROCESSO Nº 176/2019

PROCURAÇÃO

A (nome da empresa) _____, CNPJ n.º _____, com sede à _____, neste ato representado pelo(s) (diretores ou sócios, com qualificação completa – nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço) pelo presente instrumento de mandato, nomeia e constitui, seu(s) Procurador(es) o(s) Senhor(es) (nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço), a quem confere(m) amplos poderes para junto ao Governo do Município de Araguari Estado de Minas Gerais (ou de forma genérica: para junto aos órgãos públicos federais, estaduais e municipais) praticar os atos necessários para representar a outorgante na licitação na modalidade de Pregão n.º (ou de forma genérica para licitações em geral), usando dos recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhes, ainda, poderes especiais para desistir de recursos, interpô-los, apresentar lances verbais, negociar preços e demais condições, confessar, transigir, desistir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, podendo ainda, substabelecer esta para outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom firme e valioso, e, em especial, para (se for o caso de apenas uma licitação).

Local, data e assinatura

RECONHECER FIRMA(S).



ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONDIÇÃO DE ME OU EPP

PREGÃO PRESENCIAL Nº 106/2019 - RP Nº 086/2019 PROCESSO Nº 176/2019

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o n.º _____, por intermédio de seu representante legal Sr(a). _____, portador do Documento de Identidade n.º _____, inscrito no CPF sob o n.º _____, DECLARA, sob as penas da Lei, que cumpre os requisitos legais para qualificação como _____ (incluir a condição da empresa: micro empresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP), art. 3º da Lei Complementar n.º 123/2006 e que não está sujeita a qualquer dos impedimentos do §4º deste artigo, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da citada Lei.

Declaramos possuir restrição fiscal no(s) documento(s) de habilitação e pretendemos utilizar o prazo previsto no art. 43, § 1º da lei Complementar n.º 123/06, para regularização, estando ciente que, do contrário, decairá o direito à contratação, estando sujeita às sanções previstas no art. 81 da Lei Federal n.º 8.666/93.

Obs: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.

Local e data.

Assinatura do representante legal.

**ANEXO V - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS****PREGÃO PRESENCIAL Nº 106/2019 - RP Nº 086/2019 PROCESSO Nº 176/2019****PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUARI
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**Processo nº __ / 20__
Pregão Presencial nº __ / 20__

No dia __de____ de 20__, a Prefeitura Municipal de Araguari, por intermédio do Departamento de Licitações e Contratos, situado na Rua Virgílio de Melo Franco nº 550, Centro - 38.440-016 - Araguari/MG, nos termos da Lei Federal nº 10.520/2002 (Lei do Pregão), na Lei Municipal nº 3.794/2002, nos Decretos Municipais nºs 054/2002 e 105/2014, aplicando subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, a Lei Complementar Federal nº 123/2006, a Lei Complementar Federal nº 147/2014, a Lei Municipal Geral MPE nº 4.697/2010, alterada pela Lei Municipal nº 5.680/2017, Decreto Municipal nº 107/2013, com as alterações conferidas pelo Decreto Municipal nº 34/2017, Decreto Municipal 140/2013 e o Decreto Municipal nº 008/2019, e demais normas legais aplicáveis, em face da classificação da proposta apresentada no Pregão Presencial nº __/20__, RESOLVE registrar o preço ofertado pelos Fornecedores Beneficiários, conforme quadros a seguir:

| FORNECEDOR | | | | | |
|--------------------------------|-----------|--------|-------|-------------|-------------|
| Item | Descrição | Quant. | Unid. | Preço Unit. | Preço Total |
| | | | | | |
| Total geral da proposta em R\$ | | | | | R\$ |

Constitui Anexo ao presente instrumento a Ata de Sessão de Pregão realizada no dia __de____ de 20__, contendo o registro das licitantes que aceitaram cotar os bens ou serviços acima pelos preços ora registrados e a Formação do Cadastro de Reserva.

A presente Ata de Registro de Preços, obedecerá às condições estabelecidas no Edital e seus Anexos e terá **vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de publicação da mesma, cumprindo os requisitos do Princípio da Publicidade.**



O prazo de validade da Ata de Registro de Preços não poderá ser superior a um ano, computadas neste as eventuais prorrogações, conforme disposto no artigo 12º do Decreto 7892 de 23 de janeiro de 2013.

A contratação dos serviços/produtos objeto desta Ata será formalizada por meio de nota de empenho de despesa, após a emissão da ordem de serviços pela Secretaria Requisitante.

O FORNECEDOR, para fins de fornecimento do objeto licitado, deverá observar as especificações constantes do Termo de Referência anexo do Edital de Licitação do Processo Licitatório 176/2019 – Pregão Presencial 106/2019 / Registro de Preços 086/2019.

XXXXXX

Pregoeiro

XXXXXXXXXX

Fornecedor

**ANEXO VI - MINUTA DO INSTRUMENTO CONTRATUAL****PREGÃO PRESENCIAL Nº 106/2019 - RP Nº 086 /2019 PROCESSO Nº 176/2019**

INSTRUMENTO CONTRATUAL - Nº XX/2019

VALIDADE ENTRE: **xxx****PREÂMBULO**

Pelo presente, o Município de Araguari, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Praça Gaioso Neves, n.º. 129, bairro Goiás, Cep: 38.440.001, inscrita no CNPJ do Ministério da Fazenda sob o N.º. 16.829.640/0001-49, neste ato através do Decreto Municipal 107/2013 representado por seu **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, Sr.:** _____, _____, portador de RG n.º. SSP/ _____, inscrito no CPF/MF sob o _____ n.º _____, residente e domiciliado nesta cidade de Araguari-MG; doravante denominado **CONTRATANTE**, resolve REGISTRAR OS PREÇOS E QUANTITATIVOS FIXADOS **xxx/2019**, que passa a fazer parte integrante deste Instrumento Contratual, da(s) empresa(s) abaixo identificada(s), a seguir denominada(s) simplesmente CONTRATADA(S), com integral observância da Legislação vigente, as disposições do Edital e seus Anexos, mediante cláusulas e condições expressas no presente Instrumento:

| | | | |
|---------------------------|---|-------|----|
| ITEM(S) | XX | | |
| CONTRATADA | | | |
| ENDEREÇO | | | |
| CNPJ | | | |
| REPRESENTANTE LEGAL | Nome | | |
| | Cargo/Função | | |
| | Endereço | | |
| RG | XXX | CPF | |
| REFERÊNCIA BANCÁRIA | BANCO | CONTA | AG |
| OBJETO | FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (PÃES) PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS CENTROS EDUCACIONAIS MUNICIPAIS (CEMS) E DOS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CMEIS) DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, EM CONFORMIDADE COM DEMAIS ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I DO EDITAL. | | |
| EMAIL PARA ENVIO CONTRATO | | TEL. | |
| VALOR GLOBAL O DA ATA | R\$000 (aaa) | | |

1- CONFORMIDADE DO OBJETO

1.1- O objeto deste instrumento deverá ser executado de acordo com o Edital, seus Anexos e as especificações previstas no **Anexo I (Termo de Referência)** e **Anexo II (Proposta Comercial)** apresentada na licitação, assim como, o histórico do último lance ofertado, se for o caso, respectivamente e que integram este instrumento.



2- DA VALIDADE DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

2.1- O presente Instrumento Contratual obedecerá às condições estabelecidas no Edital e seus Anexos e terá **vigência de 12 (doze) meses, pelo período compreendido entre AAA e AAA, contados a partir da data assinatura.**

2.2- O prazo de validade do Instrumento Contratual não poderá ser superior a um ano, computadas neste as eventuais prorrogações, conforme disposto no artigo 12º do Decreto 7892 de 23 de janeiro de 2013.

3- DA SOLICITAÇÃO DOS PRODUTOS

3.1. O fornecimento dos objetos licitados será feito de forma parcelada, de acordo com a necessidade da Secretaria requisitante conforme solicitação emitida pela Secretaria Municipal de Educação bem como **deverá conter a anuência do Sr. Secretário Municipal de Fazenda conforme o Art 2º inciso III do Decreto Municipal nº 107/2013 .**

3.1.1. Cada termo contratual conterà, no mínimo:

3.1.1.1. Número da ata;

3.1.1.2. Quantidade dos materiais/produtos;

3.1.1.3. Descrição dos materiais/produtos requisitados;

3.1.1.4. Local e hora de entrega;

3.1.1.5. Do recebimento;

3.1.1.6. Dotação orçamentária onerada;

3.1.1.7. Valor;

3.1.1.8. Condições de pagamento;

3.1.1.9. Penalidades;

3.1.1.10. Garantia contratual, se for o caso.



4- PRAZO PARA RETIRADA DO TERMO CONTRATUAL

4.1- A **DETENTORA DO INSTRUMENTO CONTRATUAL** deverá aceitar e/ou retirar o termo contratual, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a partir da data de recebimento do memorando do setor interessado ou da publicação no órgão de imprensa oficial.

4.2- O prazo para assinatura e retirada do termo contratual poderá ser prorrogado por igual período, desde que devidamente justificado o motivo e aceito pela administração.

5- CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

5.1- Os materiais/produtos/serviços deverão ser entregues no local e prazo constantes do termo contratual e/ou requisição expedido pelo setor competente.

5.1.1- Após a assinatura deste Instrumento Contratual, independentemente da quantidade de Requisições/Autorizações/documento hábil emitidos para cada pedido formulado pela PMA, o prazo de entrega dos produtos/equipamentos/serviços descritos no **Anexo I – Termo de Referência** deste Edital será de **acordo com o anexo I – Termo de Referência a contar da data da emissão e recebimento das referidas Requisições/Autorizações/ documento hábil ou outro estendido, desde que solicitado pela Contratada e aceito pela PMA**, correndo por conta da contratada as despesas decorrentes de fretes, embalagens, seguros, mão de obra etc, até a entrega.

5.2- Na hipótese de rejeição, por entrega dos materiais em desacordo com as especificações/exigências do Edital, a **CONTRATADA** deverá repor o(s) produto(s) devolvido(s) ou regularizar o (s) serviço (s) em desacordo, no prazo de **05 (cinco) dias corridos**.

5.2.1- O não cumprimento pela **CONTRATADA** dos prazos de entrega dos materiais deverá ser comunicado, por escrito, através do(s) responsável(is) pelo recebimento, conforme descrito no **subitem 5.2 ao Departamento de Licitações e Contratos**, que, por sua vez, encaminhará o Processo à **ASSESSORIA JURÍDICA** para que sejam tomadas as medidas cabíveis.

5.2.2- A substituição dos materiais ou a sua complementação não eximem a **CONTRATADA** da aplicação de penalidade por descumprimento da obrigação, prevista no **subitem 13.1.2**.



6- DOS PREÇOS

6.1- O(s) valor(es) unitário(s), total(ais) e global(ais) ESTIMADO(S) do presente termo é (são) o(s) estabelecido(s) no PREÂMBULO E DA ATA, parte integrante deste instrumento. **O VALOR GLOBAL DO INSTRUMENTO CONTRATUAL É R\$** .

| Item | Descrição | Quant. | Unid. | Preço Unit. | Preço Total |
|---------------------------------------|------------------|---------------|--------------|--------------------|--------------------|
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| Total geral da proposta em R\$ | | | | | R\$ |

6.2- Os preços são os constantes da tabela apresentada na proposta da empresa vencedora no dia da sessão pública, depois de apurado e aplicado homogeneamente para cada item ou item de cada lote julgado o percentual de desconto entre o valor da proposta inicial e o valor do último lance ofertado, se for o caso.

6.3- As quantidades constantes nos **Anexos I e II do Edital, assim como os valores acordados** são estimativas de mercado/consumo/serviços, não se obrigando a Administração à aquisição/serviços parcial ou total.

7- DOS REAJUSTES

7.1- Os preços apresentados na proposta permanecerão fixos e irremovíveis pelo prazo de validade do Instrumento Contratual.

8- DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

8.1- Os pagamentos serão efetuados por crédito na **Conta Corrente 000, Agência 000, Banco AAA**, na seguinte conformidade:

8.1.1- O pagamento será efetuado pela Tesouraria da Prefeitura de Araguari com até 30 (trinta) dias após a entrega dos itens e após apresentação da Nota Fiscal.

8.1.2- O(s) pagamento(s) será(ão) realizado(s) mediante os seguintes critérios: Requisição Interna emitida pelo Setor Requisitante devidamente assinada pelo responsável do Setor e Gerência da área, que, deverá ser enviada à Coordenação da Secretária Requisitante para emissão ou solicitação de quem de direito de(os) documento(s) hábil(eis) para execução do Objeto, também, devidamente assinado por pessoa designada. Este procedimento é indispensável para o devido acompanhamento na execução do Objeto Licitado. A CONTRATADA “não” poderá em hipótese alguma fornecer produtos ou prestar serviços à CONTRATANTE sem posse de documento



hábil de solicitação/autorização expedido pelo Setor designado pela Administração da PMA.

8.2- As faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas ao emitente, sendo que, a forma de pagamento será realizada conforme os prazos fixados no Edital e no instrumento contratual, contados a partir da sua reapresentação.

9- DAS OBRIGAÇÕES

DA CONTRATADA

Disponibilizar os itens no prazo estabelecido (de acordo com as necessidades) contado a partir do requerimento escrito feito pela Secretaria de Educação;

O produto deverá ser entregue nos CEM (escolas) e CMEIs (creches) da zona urbana e zona rural conforme programação da Secretaria Municipal de Educação em embalagens apropriadas para alimentos, serão rejeitados roscas e pães mal passadas, queimadas, amassadas, embatumadas e com aspecto de massa pesada. As empresas que produz as roscas e pães deverão apresentar o alvará sanitário e alvará de funcionamento, juntamente com o certificado de vistoria de transporte, se a empresa não for a responsável pela produção deverá apresentar também o alvará de funcionamento e alvará sanitário de cada local de produção. Em caso de dispensa de apresentação do registro a empresa deverá apresentar a respectiva resolução que a isente.

É vedada a subcontratação total ou parcial do fornecimento do objeto deste Termo de Referência.

DA CONTRATANTE

Informar dotação orçamentária e mantê-la com saldo programado no decorrer da execução do contrato de modo a garantir sua liquidez;

Efetuar os pagamentos devidos à contratada;

Receber os itens objetos do contrato, nos termos, prazos, condições e especificações estabelecidas no instrumento contratual;

Designar servidor responsável para fiscalização e acompanhamento do contrato;

Rejeitar, no todo ou em parte, por intermédio da fiscalização, o fornecimento de itens que estejam em desacordo com o firmado, exigindo sua substituição e não realizando trâmites para liquidação e pagamento enquanto não for efetivada;

Aplicar à contratada as penalidades depois de constatadas às irregularidades, garantido o contraditório e ampla defesa;

Fornecer à contratada todas as informações, esclarecimentos, documentos e demais condições necessárias à execução do contrato;



Notificar a contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução do contrato, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

10- DA FISCALIZAÇÃO

10.1- Não obstante o fato de a vencedora ser única e exclusiva responsável pelo fornecimento, a fiscalização do Instrumento Contratual está **a cargo da Servidora Sra. Waldeni Maria de Assis – Diretora do Departamento de Assistência ao Educando**, sem restringir a plenitude dessas responsabilidades, exercerá a mais ampla e completa fiscalização na sua execução.

11- DA RESCISÃO CONTRATUAL

11.1- O Instrumento Contratual poderá ser cancelado:

11.1.1- Persistência de infrações após a aplicação das multas previstas na cláusula décima terceira.

11.1.2- Manifesta impossibilidade por parte da **Contratada** de cumprir as obrigações assumidas pela ocorrência de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovados.

11.1.3- Interesse público, devidamente motivado e justificado pela Administração.

11.1.4- Demais hipóteses previstas no art. 78 da Lei 8666/93, bem como deste Instrumento Contratual.

11.1.5- Liquidação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, ou falência da **Contratada**.

11.1.6- Inobservância da boa técnica na execução dos fornecimentos.

11.2- O cancelamento do Instrumento Contratual unilateralmente pela Administração acarretará as seguintes consequências, sem prejuízo de outras sanções previstas na Lei 8666/93, bem como deste Instrumento Contratual:

11.2.1- Assunção imediata do objeto do Instrumento Contratual por ato próprio da Administração, lavrando-se termo circunstanciado.

11.2.2- Ocupação dos equipamentos, materiais e eventuais veículos utilizados na execução do objeto do Instrumento Contratual, necessários à sua continuidade, os quais serão devolvidos posteriormente. Não sendo devolvidos, darão causa a ressarcimento à **Contratada** mediante sua devida avaliação.



11.2.3- Responsabilização por prejuízos causados à Administração.

12- DAS PENALIDADES

12.1. Se a contratada ensejar o retardamento da execução do objeto deste Instrumento Contratual, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na sua execução, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública e será descredenciada do procedimento licitatório;

12.2. Ficam estabelecidos os seguintes percentuais de multas, aplicáveis quando do descumprimento contratual:

12.2.1. 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) por dia de atraso na execução do objeto, ou por dia de atraso no cumprimento de obrigação contratual ou legal, até o 30º (trigésimo) dia, calculados sobre o valor do contrato, por ocorrência;

12.2.2. 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, na execução do objeto ou no cumprimento de obrigação contratual legal, com a possível rescisão contratual;

12.2.3. 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, na hipótese de a contratada, injustificadamente, desistir do contrato ou der causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de descumprimento contratual, quando a Prefeitura, em face da menor gravidade do fato mediante motivação da autoridade superior, poderá reduzir o percentual da multa a ser aplicada.

12.3. As multas não são compensatórias e não excluem as perdas e danos resultantes;

12.4. Caso a contratada não possa cumprir o prazo estipulado para a entrega, total ou parcial, dos bens solicitados, deverão apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho a vontade das partes que altere fundamentalmente as condições estabelecidas; e de impedimento de sua execução por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência;

12.5. A solicitação de prorrogação, contendo o novo prazo para entrega dos bens solicitados, deverá ser encaminhada à Contratada, até o vencimento do prazo de prestação inicialmente estipulado, ficando a critério da Contratante a sua aceitação;

12.6. As sanções previstas, em face da gravidade da infração, poderão ser aplicadas cumulativamente, após regular Processo Administrativo em que se garantirá a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.



13- DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

13.1- **O Instrumento Contratual** não poderá sofrer acréscimos nos quantitativos fixados, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, conforme Art. 12, § 1º do Decreto 7892/2013.

13.2- **O Contrato** decorrente do Sistema de Registro de Preços poderá ser alterado, observado o disposto no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, conforme Art. 12, § 3º do Decreto 7892/2013.

14- DO FORO

14.1-Será competente o Foro da Comarca de Araguari/MG, que as partes elegem para qualquer procedimento relacionado com o cumprimento do presente Instrumento Contratual, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

15- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1- A licitante vencedora obrigará-se a manter, até a data de pagamento todas as condições de **habilitação e qualificação exigidas na licitação**, devendo comunicar à **CONTRATANTE**, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a execução do instrumento contratual.

15.2- A Administração não se obriga a utilizar o Instrumento Contratual, se durante a sua vigência constatar que os preços registrados estiverem superiores aos praticados no mercado, nas mesmas especificações e condições do Instrumento Contratual, bem como nos casos que a sua utilização se mostrar antieconômica.

15.3- A Administração, a seu exclusivo critério, poderá durante a vigência do Instrumento Contratual determinar a gradativa redução ou aumento do fornecimento, até a elaboração de um novo instrumento contratual.

15.4- A(s) despesa(s) decorrente(s) desta licitação correrá(ão) por conta da(s) Dotação(ões) Orçamentária(s):

| Ficha | Dotação | Nome |
|-------|---------------------------------------|---------------------|
| 258 | 02.08. .12.306.0002.2051.3.3.90.30.00 | MATERIAL DE CONSUMO |
| 273 | 02.08. .12.361.0008.2123.3.3.90.30.00 | MATERIAL DE CONSUMO |
| 303 | 02.08. .12.365.0009.2181.3.3.90.30.00 | MATERIAL DE CONSUMO |
| 296 | 02.08. .12.365.0008.2206.3.3.90.30.00 | MATERIAL DE CONSUMO |

15.5- Fazem parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição, as condições estabelecidas no edital, seus anexos e as normas contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações. Os casos omissos serão resolvidos à luz da legislação, da jurisprudência e da doutrina aplicáveis à espécie.



15.6- **A CONTRATADA SE OBRIGA A CUMPRIR RIGOROSAMENTE TODOS OS PRAZOS, CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS, PRINCIPALMENTE EM RELAÇÃO A PRAZO DE ENTREGA/EXECUÇÃO, SE OBRIGA AINDA A ENTREGAR OS PRODUTOS/MATERIAIS/SERVIÇOS APRESENTADOS NA PROPOSTA E POSTERIORMENTE FORNECIDOS/EXECUTADOS EM PLENA CONFORMIDADE COM AS CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS DESCRITAS NO ANEXO I (TERMO DE REFERÊNCIA) DO EDITAL, ficando desde já, ciente da aplicação das penalidades descritas no instrumento convocatório e legislação vigente por parte da CONTRATANTE à CONTRATADA** no caso de descumprimento integral ou parcial do objeto licitado.

E, por estarem justas e contratadas, firmam o presente Instrumento Contratual e Ata de Registro de Preços, em 03 (três) vias, perante as testemunhas abaixo indicadas, para todos os fins e efeitos de direito.

Araguari-MG, de de 2019.

MUNICÍPIO DE ARAGUARI
CONTRATANTE

(Nome do representante legal da empresa)
(NOME DA EMPRESA)
CONTRATADA

TESTEMUNHAS: NOME: _____ CPF/MF: _____
NOME: _____ CPF/MF: _____